



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
MESTRADO PROFISSIONAL EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

**NIÉDIA LIMA BITU**

**UMA AVALIAÇÃO DO PROJETO VALORES HUMANOS NA EDUCAÇÃO  
INFANTIL COMO PROPOSTA DE POLÍTICA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE  
AQUIRAZ - CE (2017- 2022)**

**FORTALEZA**

**2025**

NIÉDIA LIMA BITU

UMA AVALIAÇÃO DO PROJETO VALORES HUMANOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL  
COMO PROPOSTA DE POLÍTICA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ - CE  
(2017- 2022)

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Avaliação de Políticas Públicas.

Orientador: Professor Dr. David Moreno Montenegro.

FORTALEZA

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Sistema de Bibliotecas  
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

B535a Bitu, Niédia Lima.

Uma avaliação do projeto valores humanos na educação infantil como proposta de política pública no  
município de Aquiraz - CE (2017- 2022) / Niédia Lima Bitu. – 2025.  
06 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Mestrado  
Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza, 2025.  
Orientação: Prof. Dr. David Moreno Montenegro.

1. Valores Humanos. 2. Educação Infantil. 3. Políticas Públicas. I. Título.

CDD 320.6

---

NIÉDIA LIMA BITU

UMA AVALIAÇÃO DO PROJETO VALORES HUMANOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL  
COMO PROPOSTA DE POLÍTICA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ - CE

(2017- 2022)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Avaliação de Políticas Públicas.

Aprovado em: 24/04/2025.

BANCA EXAMINADORA

---

Profº. Drº David Moreno Montenegro (Orientador)  
Instituto Federal do Ceará (IFCE)

---

Profª. Drª. Kelly Maria Gomes Menezes  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Profº. Drº Wendel Melo Andrade  
Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)

---

Profº. Drº João Paulo Bandeira de Souza  
Instituto Federal do Ceará (IFCE)

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus e Nossa Senhora...

Aos meus familiares, em especial à minha filha e parceira de vida Mical.

Ao meu querido orientador David Moreno Montenegro, pela solicitude, paciência e empatia nos momentos difíceis....

Aos demais membros da banca, Doutores Kelly Maria, Wendel Melo e João Paulo, pelas contribuições valiosas ...

Aos colegas do mestrado, pelas trocas e escutas...

Aos meus amigos, pelo encorajamento e motivação diários...

Aos colegas de escola, pelo incentivo...

“Debulhar o trigo, recolher cada bago do trigo  
Colher o trigo, o milagre do pão, e se fartar de  
pão...”. (O cio da terra – Chico Buarque).

Sonhar, mais um sonho impossível. Lutar quando é fácil ceder. Vencer o inimigo invencível. Negar quando a regra é vender. Sofrer a tortura implacável. Romper a incabível prisão. Voar num limite improvável. Tocar o inacessível chão. É minha lei, é minha questão. Virar esse mundo, cravar esse chão. Não me importa saber se é terrível demais. Quantas guerras terei que vencer por um pouco de paz? E amanhã, se esse chão que eu beijei. For meu leito e perdão. Vou saber que valeu delirar e morrer de paixão. E assim, seja lá como for. Vai ter fim a infinita aflição. E o mundo vai ver uma flor. Brotar do impossível chão. Sonhar, mais um sonho impossível. Lutar quando é fácil ceder. Sonho Impossível (Maria Bethânia).

## **RESUMO**

Estamos diante de uma crise ética, que se confunde com a crise do próprio capitalismo. Esse não pode deixar de ser um dos focos de preocupação do educador: a formação para valores; a conscientização dos educandos sobre a importância da ação individual e coletiva para a transformação da sociedade em um espaço mais agradável de convivência, reconhecimento e tolerância. Os valores referem-se à formação da autonomia do desenvolvimento da pessoa humana, muito importante nos primeiros anos escolares, e cruciais durante toda a vida do indivíduo. Diante da necessidade de uma mudança de perspectiva educacional, faz-se possível uma análise detalhada da realidade das escolas de educação infantil. A pesquisa foi baseada no projeto Valores Humanos na Educação Infantil, que é considerado uma política pública de caráter social, pois se trata de ações voltadas para a solução de problemas da sociedade, visando o bem-estar e o exercício da cidadania. A política pública implementada no município de Aquiraz, Projeto Valores Humanos na Educação Infantil, é de extrema relevância para a sociedade em geral, por se tratar de Valores Humanos necessários à formação de cidadãos críticos, conscientes e coerentes em suas ações. A presente pesquisa buscou avaliar a relevância do projeto como diferencial na vida do educando. O objetivo geral do trabalho foi analisar o projeto Valores Humanos na Educação Infantil nas escolas do município de Aquiraz em sua essência e lançar estratégias para sua prática no meio social. Como fundamentação teórica, uma análise embasada em teóricos marxistas, Gramsci, Paulo Freire e Dermeval Saviani, uma vez que a proposta da pesquisa possui caráter contra hegemônico. Foram apresentados os procedimentos metodológicos, que se referem à segunda fase da pesquisa. Trata-se de observações das experiências em sala de aula com professoras de educação infantil no município de Aquiraz (CE), que adotaram em suas turmas o Projeto Valores Humanos na Educação Infantil, entrevistas com representantes da Secretaria de Educação do município, bem como a análise de documentos que trazem a legislação para a Primeira Infância: Constituição Federal 1988, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei da Primeira Infância, Política Nacional de Educação Infantil. Ressalta-se que nessa parte do trabalho surgem documentos estaduais e municipais referentes à legislação da educação infantil. A terceira fase consiste em um estudo de caso resultado das observações realizadas na ocasião da realização da pesquisa de campo. Além da análise crítica do projeto, foi feita uma abordagem bibliográfica e documental da educação infantil no Ceará e no município de Aquiraz. Ao final do trabalho foi possível observar a precarização do trabalho

docente, na medida em que, desde o início, a política pública implantada não dá subsídios pedagógicos necessários aos docentes; grande quantidade de professores substitutos no município, o que impede a continuidade do projeto, como também prejudica o vínculo professor-aluno de educação infantil; a falta de material e estrutura física, dentre outras problemáticas relatadas pelos professores na pesquisa de campo.

**Palavras-chaves:** valores humanos; educação infantil; políticas públicas.

## RESUMEN

Estamos ante una crisis ética que se entrelaza con la propia crisis del capitalismo. Este no puede dejar de ser uno de los focos de preocupación del educador: la formación en valores; concienciar a los alumnos de la importancia de la acción individual y colectiva para transformar la sociedad en un espacio más agradable de convivencia, reconocimiento y tolerancia. Los valores se refieren a la formación de la autonomía en el desarrollo de la persona humana, que es muy importante en los primeros años escolares y crucial a lo largo de toda la vida del individuo. Dada la necesidad de un cambio en la perspectiva educativa, es posible realizar un análisis detallado de la realidad de las escuelas infantiles. La investigación se basó en el proyecto Valores Humanos en la Educación Infantil, que se considera una política pública de carácter social, pues involucra acciones dirigidas a la solución de problemas de la sociedad, con miras al bienestar y al ejercicio de la ciudadanía. La política pública implementada en el municipio de Aquiraz, el Proyecto Valores Humanos en la Educación Infantil, es de gran relevancia para la sociedad en general, ya que aborda los valores humanos necesarios para la formación de ciudadanos críticos, conscientes y coherentes en sus acciones. Esta investigación buscó evaluar la relevancia del proyecto como diferencial en la vida de los alumnos. El objetivo general del trabajo fue analizar la esencia del proyecto Valores Humanos en la Educación Infantil en las escuelas del municipio de Aquiraz y lanzar estrategias para su práctica en el medio social. Como fundamento teórico, un análisis basado en los teóricos marxistas, Gramsci, Paulo Freire y Dermeval Saviani, ya que la propuesta de investigación tiene un carácter contrahegemónico. Se presentaron los procedimientos metodológicos, que se refieren a la segunda fase de la investigación. Estos incluyen observaciones de experiencias de aula con profesores de Educación Infantil del municipio de Aquiraz (CE), que han adoptado el Proyecto Valores Humanos en la Educación Infantil en sus clases, entrevistas con representantes de la Secretaría de Educación del municipio, así como el análisis de documentos que incluyen la legislación para la Primera Infancia: la Constitución Federal de 1988, el Estatuto del Niño y del Adolescente, la Ley de Directrices y Bases de la Educación Nacional, la Ley de la Primera Infancia y la Política Nacional de Educación Infantil. Cabe destacar que esta parte del trabajo incluye documentos estatales y municipales relativos a la legislación de la educación de la primera infancia. La tercera fase consiste en un estudio de caso resultante de las observaciones realizadas durante la investigación de campo. Además del análisis crítico del proyecto, se realizó una aproximación bibliográfica y documental a la educación infantil en Ceará y en el

municipio de Aquiraz. Al final del estudio, fue posible constatar la precariedad del trabajo docente, en la medida en que, desde el inicio, la política pública implementada no proporciona a los profesores el apoyo pedagógico necesario; un gran número de profesores sustitutos en el municipio, lo que impide la continuidad del proyecto, además de perjudicar la relación profesor-alumno de educación infantil; la falta de estructura material y física, entre otros problemas relatados por los profesores en la investigación de campo.

**Palabras clave:** valores humanos; educación infantil; políticas públicas.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CF	Constituição Federal
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PNE	Plano Nacional de Educação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
ESAGE	Sistema de Avaliação e Gestão Educacional
SEDUC	Secretaria de Educação do Ceará
CREDES	Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
CEI	Centro de Educação Infantil
ONG	Organização Não Governamental

## **LISTA DE FOTOGRAFIAS**

Foto 01 - Creche Criança Feliz A .....	47
Foto 02 - Creche Criança Feliz B .....	47
Foto 03 - Creche Criança Feliz C .....	48
Foto 04 - Atividades escolares 1A .....	48
Foto 05 - Atividades escolares 1B .....	48
Foto 06 - Atividades escolares 1C .....	49
Foto 07 - Atividades escolares 2A .....	49
Foto 08 - Atividades escolares 2B .....	50
Foto 09 - Atividades escolares 2C .....	50
Foto 10 - Atividades escolares 2D .....	51
Foto 11 - Atividades escolares 2E .....	51

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>1.1</b>	<b>Referencial Teórico e Contextualização do tema .....</b>	<b>13</b>
<b>1.2</b>	<b>Pesquisa bibliográfica .....</b>	<b>15</b>
<b>2</b>	<b>OS VALORES HUMANOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E SEUS PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS .....</b>	<b>18</b>
<b>2.1</b>	<b>A importância dos valores humanos na Educação Infantil .....</b>	<b>19</b>
<b>2.2</b>	<b>A pedagogia crítica e a pedagogia libertadora .....</b>	<b>22</b>
<b>2.3</b>	<b>Políticas Públicas para a Educação Infantil no Brasil .....</b>	<b>25</b>
<b>2.4</b>	<b>Aspectos legais da Educação Infantil no Brasil .....</b>	<b>27</b>
<b>3</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>31</b>
<b>4</b>	<b>ESTUDO DE CASO .....</b>	<b>32</b>
<b>4.1</b>	<b>A educação infantil no Ceará .....</b>	<b>32</b>
<b>4.2</b>	<b>A educação infantil no Município de Aquiraz .....</b>	<b>41</b>
<b>4.3</b>	<b>O projeto Valores Humanos na Educação Infantil nas escolas de educação infantil de Aquiraz e a parceria com o Instituto Myra Eliane .....</b>	<b>44</b>
<b>4.4</b>	<b>Experiência com o Instituto Myra Eliane .....</b>	<b>53</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>55</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>58</b>
	<b>APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA AO REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE AQUIRAZ ....</b>	<b>62</b>
	<b>APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA AOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NO PROJETO VALORES HUMANOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ - (CRECHE CRIANÇA FELIZ – AQUIRAZ) .....</b>	<b>63</b>
	<b>APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA À DIRETORA ESCOLAR (CRECHE CRIANÇA FELIZ – AQUIRAZ), (ATUALMENTE A PROFESSOR É DIRETORA, MAS NA ÉPOCA DA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO ESTAVA EM SALA DE AULA) .....</b>	<b>64</b>
	<b>ANEXO A – FIGURA 1 – QUADRO DOS VALORES ABSOLUTOS E SEUS VALORES RELACIONADOS .....</b>	<b>65</b>

**ANEXO B – FIGURA 2 - ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DE UM  
PLANO DE AULA PELA ABORDAGEM DIRETA ..... 66**

## 1 INTRODUÇÃO

A Educação Infantil é a etapa da educação básica onde inicia-se a formação da consciência, do caráter e uma fase de constantes descobertas. O objetivo principal da escola é a tentativa de socialização, conscientização e importância das diferenças, da convivência coletiva e interação nos mais diversos tipos de desafios propostos.

O tema da pesquisa, Valores Humanos na Educação Infantil, surge do interesse da pesquisadora em avaliar a proposta apresentada pelo município de Aquiraz, município do estado do Ceará, situado a 31,2 km de Fortaleza, para esse nível de ensino, uma vez que, no ano de 2017, foi criada uma Lei Municipal para direcionar as formações dos professores ao campo de Valores Humanos. Atualmente o município caminha de maneira autônoma, mas inicialmente, em 2018, contou com a parceria do Instituto Myra Elaine, uma Organização não-governamental (ONG), que visa contribuir para a melhoria da educação de crianças, através de vivências dos valores humanos na primeira infância (paz, verdade, retidão, amor e não-violência). Ver quadro dos valores em anexo A,

Tendo como objeto a avaliação do Projeto Valores Humanos na Educação Infantil, no município de Aquiraz, a pesquisa se debruça sobre a análise, implantação, viabilidade social e relevância do projeto no município. Como professora do município e atuante em sala de aula da Educação Infantil entre os anos de 2019 e 2023, pude perceber a determinação da Secretaria de Educação do Município em fazer a proposta acontecer em todas as escolas, fortalecendo a parceria entre o órgão e a comunidade escolar.

Como proposta de mundo que queremos, devemos considerar a importância de uma formação, em todos os níveis de ensino, voltada para a integralidade do ser humano, considerando seus princípios psíquicos, socioemocionais, éticos, motores, humanos, ambientais e científicos. Diante dessa necessidade, é de extrema relevância observar que tipo de formação está sendo oferecida nos municípios de todo Brasil; se realmente passa pelo viés de uma educação libertadora ou por um viés voltado aos interesses do capital.

### 1. 1 Referencial teórico e contextualização do tema

Estamos diante de uma crise ética, que se confunde com a crise do próprio capitalismo. Esse não pode deixar de ser um dos focos de preocupação do educador: a formação

para valores; a conscientização dos educandos sobre a importância da ação individual e coletiva para a transformação da sociedade em um espaço mais agradável de convivência, reconhecimento e tolerância.

Segundo o relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO, 1995), existe a proposta da criação de um mundo melhor através da educação: Num mundo compartilhado, porém intensamente competitivo, temos de descobrir maneiras pelas quais os diferentes grupos culturais possam conviver, respeitar a dignidade e o valor de cada pessoa e de cada cultura, e aprender a compartilhar e a cuidar de nosso futuro comum (Power, 2002, p.42). Ressalta-se que há algumas críticas à UNESCO no Brasil, como um tom privatista na educação e no campo da cultura, as diretrizes não beneficiam os países com recursos mais escassos.

O citado relatório define esses valores fundamentais como uma “ética global”, baseada na democracia, na paz, nos direitos humanos, no pluralismo, no respeito à dignidade e no valor de cada indivíduo e de cada cultura. (Power, 2002, p.43).

Os valores referem-se à formação da autonomia do desenvolvimento da pessoa humana, muito importante nos primeiros anos escolares, e cruciais durante toda a vida do indivíduo. De acordo com Piaget (apud Araújo, 2007, p.20), a construção de valores é função de uma troca afetiva e da interação com o mundo a partir de uma relação ativa, e não uma simples internalização sofrida por sujeitos passivos, moldados pela sociedade, pela cultura e pelo meio em que eles vivem.

É viável que as escolas públicas brasileiras, desde a primeira infância, já apresentem para as crianças as principais noções voltadas à formação de um mundo mais digno, fraterno, tolerante, pacífico e plural. Através da ludicidade, contação de histórias, rotina diária e atividades de rotina, o envolvimento e o pertencimento é possível.

Diante da necessidade de uma mudança de perspectiva educacional, faz-se possível uma análise detalhada da realidade das escolas de educação infantil. A pesquisa será baseada no projeto Valores Humanos na Educação Infantil, iniciado no município de Aquiraz, através da Lei nº 1219/2017, em parceria com o Instituto Myra Eliane, Organização Não Governamental (ONG), surgida em 2016, em Fortaleza, com a inspiração de contribuir para um amanhã melhor para as crianças, fomentando a construção de creches- escolas, oferecendo estrutura pedagógica através de sua Franquia Social e disseminação de valores humanos. O

projeto é considerado uma política pública de caráter social, pois se trata de ações voltadas para a solução de problemas da sociedade, visando o bem-estar e o exercício da cidadania.

A política pública implementada no município de Aquiraz, Projeto Valores Humanos na Educação Infantil, é de extrema relevância para a sociedade em geral, por se tratar de Valores Humanos necessários à formação de cidadãos críticos, conscientes e coerentes em suas ações. Ressalta-se que o referido projeto vem enriquecendo a prática pedagógica dos professores de educação infantil do município, como também melhorando a convivência entre as famílias contempladas. A presente pesquisa busca avaliar a relevância do mesmo como diferencial na vida do educando.

O objetivo geral do trabalho foi avaliar o projeto Valores Humanos na Educação Infantil nas escolas do município de Aquiraz em sua essência, identificando suas contribuições para a Educação em Valores Humanos. Temos como objetivos específicos, buscar vivências realizadas pelos professores em sala de aula relacionadas aos Valores Humanos na Educação Infantil, promover um maior engajamento das famílias no ambiente escolar através de palestras, seminários, cursos, dinâmicas e confraternizações e apresentar o projeto Valores Humanos na Educação Infantil às famílias do município de Aquiraz como um todo.

## **1.2. Pesquisa Bibliográfica**

Trata-se de uma pesquisa em três momentos, onde inicialmente foi feita uma abordagem breve do que podemos considerar Valores Humanos na Educação Infantil, em uma perspectiva voltada para a formação integral do indivíduo, onde foram utilizados como apoio dois artigos, intitulados: A importância de uma educação de valores na educação infantil, Oliveira e Pawlas (2018); Desenvolver valores na primeira infância: uma proposta de ação pedagógica, Koerich e Martins (2004); a monografia, A construção de valores na criança, Carvalho (2007) e a obra Pedagogia da Esperança, Freire (1992). Sob uma perspectiva crítica e libertadora, é feita também nesse primeiro momento, uma análise embasada em teóricos marxistas, Gramsci, Paulo Freire e Dermeval Saviani, uma vez que a proposta da pesquisa possui caráter contra hegemônico, através de três artigos: Gramsci e a Educação, Melo e Rodrigues (2016), A Pedagogia Crítica no Brasil: A perspectiva de Paulo Freire, Vicentini e Verástegui (2015) e A Pedagogia Histórico-Crítica: Um projeto de educação pública, Lagares e Almeida (2021).

Em seguida, ainda no momento inicial, será feita uma análise das Políticas Públicas para a Educação Infantil no Brasil, de maneira crítica e coerente com a concepção de criança como cidadão de direitos:

“A criança é sujeito histórico e de direitos que se desenvolve nas interações, relações e práticas cotidianas a ela disponibilizadas e por ela estabelecidas com adultos e crianças de diferentes idades nos grupos e contextos culturais nos quais se insere” (Parecer 20/2009 – CNE/CEB).

Para essa análise das Políticas Públicas para a Educação Infantil em nível de Brasil, foram abordados os seguintes artigos: As políticas públicas de educação infantil no contexto dos direitos da criança à educação de qualidade, Gomes (2006), Políticas públicas para a educação infantil: da assistência social à rede municipal de ensino, no município de Ponta Grossa (2010), As políticas públicas no contexto da educação infantil brasileira, Morgan, Silva, Knackfuss e Medeiros (2014), Políticas públicas para a educação infantil: desafios e possibilidades, Moreira e Vieira (2017), Políticas públicas para educação infantil: uma relação entre entes federados, Brito (2021) e uma dissertação: Políticas públicas de educação infantil: uma análise da democratização no município de Londrina, Lima (2018).

Como conclusão dessa primeira abordagem da pesquisa, foram utilizados os documentos legais brasileiros que norteiam o funcionamento da educação infantil, como Constituição Federal (1988), Estatuto da Criança e do Adolescente (1990/93), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), Base Nacional Comum Curricular (2017), Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (2018), Plano Nacional de Educação (2014), Lei nº 8.291/14 (Amplia a faixa etária da educação obrigatória de 4 a 17 anos), Lei nº14. 851/24 (Divulgação da demanda por vagas nas creches).

Dando continuidade, serão apresentados os procedimentos metodológicos, que se referem à segunda fase da pesquisa. Trata-se de observações das experiências em sala de aula na Creche Criança Feliz, no Centro de Aquiraz, com 2 (duas) professoras de educação infantil no município de Aquiraz (CE), que adotaram em suas turmas o Projeto Valores Humanos na Educação Infantil, 1 (uma) diretora escolar e 1 (um) representante da Secretaria de Educação. Além disso, serão utilizados documentos que trazem a legislação para a Primeira Infância: Constituição Federal, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei da Primeira Infância, Política Nacional de Educação Infantil. Ressalta-

se que nessa parte do trabalho aparecem documentos estaduais e/ou municipais, além dos federais, referentes à legislação da educação infantil.

A terceira fase consiste em um estudo de caso e será resultado das observações realizadas na ocasião da pesquisa de campo. Além da análise crítica do projeto, será feita uma abordagem bibliográfica e documental da educação infantil no Ceará e no município de Aquiraz.

Espera-se que a pesquisa seja capaz de contribuir para a melhoria da educação no Município de Aquiraz, no estado do Ceará e no mundo. Surgida de um interesse pessoal da pesquisadora, no que se refere à mudança que pode ser alcançada através da educação, uma formação voltada para a liberdade torna-se urgente e necessária.

## **2 OS VALORES HUMANOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E SEUS PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS**

A moral, a ética<sup>1</sup>, os valores básicos do ser humano possuem um fim, pois são indispensáveis para o bom funcionamento das relações sociais, como também para a interação entre os indivíduos. Fazem parte de princípios que se relacionam à construção da identidade social e cultural das pessoas.

A construção dos valores surge como um novo caminho para a reflexão em torno das ações humanas, como pressuposto para um mundo melhor e mais justo. Essa problemática está presente no mais íntimo de todos, constitui a essência humana. Agir conforme o bem, a justiça, a ética, buscando uma vivência harmoniosa, faz parte da construção de uma sociedade agradável e igualitária.

Saviani (1999) mostra que a questão dos valores pode ser capaz de produzir resultados verdadeiros na promoção do homem, podendo até mesmo ultrapassar barreiras, ao fazer o homem agir, transcendendo e modificando a sua situação. Diante disso, relações com os outros indivíduos, com os animais e com a natureza podem se tornar mais agradáveis, quando todos os seres do universo forem vistos como prioridade e indispensáveis à sobrevivência na terra. O homem tem oportunidade de melhorar sua situação, quando se permite tornar-se melhor.

A sociedade contemporânea passa por uma crise de valores, ou podemos considerar, uma crise ética, onde prevalece a banalização da violência em todos os seus níveis, o desrespeito aos princípios básicos de liberdade, a supervalorização do consumo, a ditadura da beleza, dentre vários males que afligem o contexto hodierno, findando em problemas psíquicos; como ansiedade, depressão, fobia social e uma série de mazelas provocadas por uma imposição estipulada pelo capitalismo. Tudo isso vem acompanhado de profunda crise da “sociedade do capital”, com o avanço da lógica financeira sobre todos os espaços da vida.

---

<sup>1</sup>Moral: Tem origem do latim – *morus-* significando os usos e costumes. É o conjunto das normas para o agir específico ou concreto. Está contida nos códigos, que tendem a regulamentar o agir das pessoas. Ética: É a área da filosofia dedicada às ações e ao comportamento humano. O objeto de estudo da ética são os princípios que orientam as ações humanas e a capacidade de avaliar essas ações (OXFORD UNIVERSITY PRESS. Google Dicionário – Português (Brasil). Disponível em: <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>).

## **2.1 A importância dos valores humanos na educação infantil**

Frente aos desafios encontrados na sociedade, em se tratando de uma ‘crise de valores’, acredita-se que a educação é o melhor caminho para se promover uma sociedade mais justa e igualitária.

Como primeira etapa da educação, na educação infantil será possível vislumbrar a consolidação dos valores humanos e virtudes, que as crianças já trazem da experiência de vida, e incentivá-las na superação das próprias dificuldades que apresentem (Silveira, 2012). Assim, pode ser dado um passo positivo e adequado no desenvolvimento infantil delas.

É no ambiente escolar que a criança tem contato direto com a diferença, com o inesperado, com o desafiador, e isso proporciona o despertar de uma conscientização, mesmo que precoce, voltada para o autoconhecimento. De acordo com Freire (1992, p.24), o educando se reconhece conhecendo os objetos, descobrindo que é capaz de conhecer, assistindo à imersão dos significados em cujo processo se vai tornando também significa - dor crítico.

Surge aí a necessidade de que se apresente para a criança uma perspectiva de educação baseada nos valores humanos essenciais para uma boa convivência em sociedade. A escola, como espaço de convivência comunitária, está sujeita a conflitos entre os pares, uma vez que a criança passa a ter contato com diversas culturas, que acabam interferindo na sua formação. A educação infantil que prioriza os valores humanos perpassa por todos esses conflitos, sendo capaz de formar um cidadão moralmente capaz de discernir sobre as diversas situações impostas pela vida, com o apoio da família.

Conforme Rios (1999), o comportamento é o arranjo dos diversos papéis que desempenhamos em sociedade. Dessa maneira, trabalhar uma educação em valores humanos na educação infantil se torna de extrema importância, uma vez que o desenvolvimento da criança tem início na primeira infância, e assim sendo, o papel do professor enfatizando a construção de valores nesta faixa etária se torna crucial.

Há a necessidade da construção de valores como justiça, solidariedade, respeito, diálogo, honestidade, responsabilidade, perseverança, para os alunos que estão em formação de suas identidades, objetivando-se a superação e transformação de tantos problemas e condições tão desiguais, em nível de Brasil.

Para Foucault (1984):

“Há momentos na vida onde a questão de saber se podemos pensar de outro modo que não pensamos e perceber de outro modo que não vemos é indispensável para continuar a olhar e refletir” (Foucault, 1984).

A construção de valores na escola deve ser uma das finalidades no ensino, deixando de lado uma postura cartesiana, de uma educação tradicional, onde se priorizam apenas os conteúdos, e dando lugar às vivências, às principais habilidades desenvolvidas pelas crianças, associando o desenvolvimento do intelecto à prática dos valores.

Sathia Sai (1993) faz uma crítica aos professores que estão preocupados apenas com os conteúdos, tratando os alunos como máquinas, esquecendo-se que estão em contato direto com um ser especial, que precisa de atenção e carinho. Afirma ainda que o mundo está cheio de pessoas inteligentes, mas que utilizam seus potenciais para fins destrutivos (Cória – Sabini e Oliveira, 2002, p.44). Quando pensamos ou idealizamos um novo modelo de sociedade, pensamos na relação estreita entre família e escola, com valores humanos conscientizados e vivenciados, como uma espécie de fermento que fará crescer a fraternidade, a compaixão, a reverência e a cooperação.

As crianças se reconhecem para além de suas diferenças ou semelhanças, e assim partilham de uma identidade coletiva, agindo e sendo crianças. Assim, a cultura da infância<sup>2</sup> se define não apenas pelos modos como elas se percebem como iguais ou diferentes, mas por meio de suas práticas sociais. De acordo com Ferreira (2004), encontrar um amigo em meio às culturas de pares pode ser visto como uma forma de as crianças partilharem significados e entendimentos comuns no quotidiano institucional de jardim de infância.

A amizade é tida como uma propriedade sócio-afetiva, com base na inclusão da criança na organização social de um grupo. Assim sendo, as redes de amizades são de grande importância, pois contribuem para o processo de reprodução dentro do grupo, e é no convívio com outras crianças que ela conversa, troca ideias, constrói, brinca e expande o seu repertório cultural.

É de extrema importância o diálogo, o conhecimento do próprio corpo e do corpo do outro, as diferentes ações na aceitação e participação de todas as crianças no grupo, evitando assim a exclusão e os estigmas no ambiente escolar. Considera-se relevante salientar que o

---

<sup>2</sup>Infância: Período de desenvolvimento do ser humano, que vai do nascimento ao início da adolescência; meninice, puerícia (OXFORD UNIVERSITY PRESS. Google Dicionário – Português (Brasil). Disponível em: <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>).

papel do adulto é de mediador e não de modificador das ações. Seu objetivo não é tirar a criança de sua estrutura social, mas sim de proporcionar novas vivências, novos interesses, a fim de que ela possa superar um modelo discriminatório.

Dirigimos nosso olhar ao mundo que é apresentado às crianças onde predomina a falta de diálogo, a violência, a destruição e a morte. Tudo isso engloba seus cotidianos. Trata-se de uma realidade violenta e bastante hostil. A dificuldade de lidar com as diferenças é consequência direta de todas essas problemáticas. A educação tem como um dos objetivos formar cidadãos capazes de viver em uma sociedade baseada no reconhecimento do outro e nas diferenças de cultura, religião, gênero e classe social, superando as desigualdades (Kramer, 1999).

Educar é um ato de auxílio, de desenvolvimento, mas não no sentido de adestramento ou capacitação. Trata-se de uma atitude ética, aberta à reflexão e ação cotidianas. É através da postura séria e coerente do educador, que a criança passa a mirar-se, em um sentido afetivo do processo de aprendizagem. É necessário um modelo de educação voltado para a solidariedade, para a construção da coletividade, uma vez que as relações estão marcadas pela competitividade e pela discriminação.

No Brasil, é muito comum alguns pais transferirem para as escolas de educação infantil obrigações que pertencem às famílias, devido ao curto tempo de permanência com os filhos, ou mesmo por achar que a escola deve encarregar-se de boas maneiras, respeito pelos outros, e tudo que referir-se aos valores. E isso independe de classe social. Antes de se pensar na imposição de limites e regras, é relevante desenvolver a capacidade e a sensibilidade das crianças em relação ao reconhecimento do outro, compreendendo as regras como necessárias para um melhor convívio social.

De acordo com Rios (1999):

O comportamento é o arranjo dos diversos papéis que desempenhamos em sociedade. Dessa maneira, trabalhar valores na educação infantil se torna muito importante, pois o desenvolvimento da criança tem início na primeira infância, e assim sendo, o trabalho do professor enfatizando a construção de valores nesta faixa etária se torna indispensável (Rios, 1999).

É preciso dar às crianças da educação infantil o direito a uma infância plena, com todos os sabores e dissabores. Assim, construiremos um mundo de cidadãos felizes e de direitos.

## 2.2 A Pedagogia Crítica e a Pedagogia Libertadora

Quando pensamos na promoção de direitos e em uma formação plena desde a educação infantil, devemos considerar que todos os direitos sejam realmente assegurados, desde a oferta, promoção, permanência e qualidade da educação a ser oferecida para a classe trabalhadora.

Sob uma perspectiva crítica, podemos compreender essa temática a partir da conceção de Gramsci (1982), pensador marxista italiano que desenvolveu uma proposta de educação unitária, ou seja, igual para todos, oferecida pelo Estado que tivesse como princípios o desenvolvimento da cultura, do conhecimento científico e a autogestão política, a qual tem direito todos os sujeitos sociais enquanto cidadãos e dirigentes de suas próprias destinações históricas.

Segundo essa visão, a educação atrelada ao desenvolvimento da cultura, enquanto dimensão social, passa a ter como concepção geral da vida uma filosofia ética, política e prática, uma verdadeira “filosofia da práxis<sup>3</sup>”, que deve oferecer uma dignidade aos membros da sociedade que lhes permitam ser dirigentes e ao mesmo tempo combatentes de ideologias autoritárias e conservadoras. A educação deve promover, da educação infantil até a universidade, uma formação voltada para a ciência e conscientização.

É necessária uma educação de cultura geral, baseada em princípios humanistas e democráticos, sendo capaz de desenvolver, além da criticidade, a autonomia dos educandos e dos profissionais envolvidos com o processo de ensino-aprendizagem. Assim:

“Em sua concepção, o educando enquanto sujeito educativo em conjunto com os outros sujeitos envolvidos na ação educativa se faz a si mesmo, na medida em que traz as experiências concretas de seu mundo cultural” (Melo, Rodrigues – Gramsci e a Educação).

A educação em Gramsci (1982), passa pela cultura, história, política, trabalho e, pela própria vida, por isso essas dimensões sociais permitem recuperar o verdadeiro sentido

---

<sup>3</sup>Práxis: É um conceito filosófico que significa ação ou atividade, e que pode envolver a relação entre teoria e prática. Vem do grego práxis, que significa ação, transação ou negócio. Aristóteles a consagrou como um termo filosófico (OXFORD UNIVERSITY PRESS. Google Dicionário – Português (Brasil). Disponível em: <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>).

histórico-prático formador e transformador dos homens na sociedade e da própria sociedade por esses homens, enquanto sujeitos históricos.

O pensador apresenta também o conceito de hegemonia, que significa a teia de crenças e as relações sociais institucionais, através da qual exercem uma direção moral e intelectual na sociedade. Essa hegemonia não se restringe apenas à educação, mas à cultura, economia e política. Nasce no chão da fábrica, no senso comum e em todas as dimensões da sociedade, interagindo, questionando, criando e recriando a própria cultura, de maneira dialética.

Embasados ainda nessa concepção crítica, podemos analisar a perspectiva de educação de Paulo Freire, que busca a libertação dos indivíduos e os auxilia na luta pelos seus direitos enquanto cidadãos, na busca de uma sociedade mais justa e democrática.

A educação crítica se baseia na conexão entre as práticas educacionais e culturais e a luta pela justiça social e econômica, pelos direitos humanos e pela democracia. Assim, é possível se ampliar as compreensões críticas e as práticas libertadoras, buscando transformações sociais e pessoais progressistas (Teitelbaum, 2011).

A teoria educacional de Freire desenvolve a ideia de que as formas tradicionais de educação funcionam basicamente para objetivar e alienar grupos oprimidos. Pauta-se na capacitação dos educandos e professores a desenvolverem uma compreensão crítica consciente de sua relação com o mundo. A educação voltada ao olhar freireano torna-se uma forma de ação que une a crítica e a possibilidade, convidando o educador para a necessidade de comprometimento em tornar o político mais pedagógico, ou seja:

“[...] tornar a reflexão e ação crítica parte de um projeto social que não inclua apenas as formas de opressão, mas também desenvolva uma fé profunda permanente na luta para a superação das injustiças sociais, na busca da humanização da própria vida” (Vincentini, Verástegui, p. 40).

Esses aspectos moldam o caráter libertador da pedagogia de Freire, o qual se mantém sobre a afirmação de que retirar a consciência do sujeito e remover o seu direito de transformar o mundo, é opressivo. A fim de que se possa alcançar uma educação autenticamente libertadora, é necessária uma ação consciente a fim de transformar a realidade em que nos encontramos.

No modelo pedagógico crítico e libertador de Freire, o professor mantém sua autoridade e direcionamento no processo de aprendizagem, mas é uma autoridade que não é

autoritária. Ao invés de autoritários, os educadores que caminham para uma educação libertadora devem ser radicalmente democráticos, sendo ao mesmo tempo responsáveis e diretivos na sala de aula, respeitando os direitos e as capacidades dos estudantes a chegarem às suas próprias conclusões (Au, 2011).

Assim, a emancipação humana tratada por Freire deve ser efetivada por meio da práxis, na luta a favor da libertação das pessoas que têm suas vidas desumanizadas pela opressão e pela dominação social. Contempla também o multiculturalismo, onde o direito de ser diferente numa sociedade democrática deve perpassar pelo diálogo crítico entre as inúmeras culturas, visando processos voltados à liberdade.

Outro aspecto relevante na teoria de Freire é o processo de alienação em que os indivíduos se encontram na sociedade capitalista. Esse conceito é entendido como “a perda da condição de sujeito na sociedade” (Kieling, 2010, p. 33). Na escola, se o indivíduo tiver acesso a uma educação voltada para a consciência ingênuas, certamente se tornará alienado e necessitará superar essa problemática. O objetivo principal é fazer com que os indivíduos das classes oprimidas possam pensar conscientemente e se constituírem como sujeitos históricos e sociais, que pensam de maneira crítica, opinem, sonhem e possam transformar. Essa é a pedagogia voltada para a liberdade.

Conceito central na pedagogia de Freire é a conscientização. O homem, inicialmente alienado, ingênuo diante da realidade observada, passa a ser capaz de adotar uma posição crítica frente à realidade. Como podemos observar:

“A conscientização exige um engajamento da ação transformadora, que prepare os homens no plano da ação para a luta contra os obstáculos à sua humanização” (Freire, 1987).

Diante do caráter progressista da pedagogia de Paulo Freire, é papel do educador trabalhar com seus educandos de maneira dialógica e problematizadora, buscando a superação da educação tradicional e alienante. É necessário que ele se veja como sujeito histórico e faça com que seus educandos também sejam capazes de produzir suas próprias histórias; criticando, refletindo e analisando sua real condição dentro da sociedade, chegando assim à conscientização, de modo a superar a alienação, buscando sua emancipação enquanto sujeito.

Ainda sob uma perspectiva crítica, apresentamos a Pedagogia Histórico- Crítica, constituída a partir das ideias de Dermeval Saviani, intelectual militante, de inspiração marxista. Essa teoria analisa as relações entre capital e educação, a defesa da escola pública do domínio do conhecimento clássico, do currículo como instrumento de luta contra as armas empregadas pela classe dominante. Um caminho necessário a ser percorrido pelos profissionais da educação, a fim de uma mudança significativa em suas práticas educativas.

Essa teoria critica o domínio e a direção da sociedade. Por isso possui por um caráter contra hegemônico. Esse caráter refere-se a ideias, movimentos ou práticas que vão contra a hegemonia estabelecida. São formas de resistência, questionamento e busca por transformação social, política e cultural. É baseada também na concepção dialética e no materialismo histórico, desenvolvidos por Marx e Engels, teóricos que apontam uma contradição interna no sistema capitalista, propondo aos trabalhadores uma consciência de classe.

Saviani (2013, p. 26) salienta que uma das características da Pedagogia Histórico- Crítica “ [...] é que ela se posiciona a favor dos interesses dos trabalhadores, isto é, da classe fundamental dominada na sociedade capitalista”, sendo assim uma possibilidade de resistência contra hegemônica, assumindo um compromisso social e político com a classe trabalhadora.

Desde a década de 1970, a Pedagogia Histórico-Crítica:

[...] vem se constituindo em uma teoria que busca explicar o mecanismo contraditório a partir do qual funciona a educação e a escola na sociedade capitalista, possibilitando, assim, compreender que a partir das contradições é possível articular a escola com os movimentos concretos que têm como horizonte a transformação da sociedade. Sustenta, então, um projeto de educação e de escola pública como um bem público (Lagares e Almeida, 2021).

A Pedagogia Histórico-Crítica assume a educação como um processo de formação humana e, possivelmente, de superação das desigualdades sociais, somada a diversos fatores. Defende um currículo escolar que aborde os conteúdos clássicos da escola, garantindo a alfabetização e a apropriação do conhecimento histórico. A centralidade do processo educativo reside no conhecimento, não no professor ou nos alunos.

### **2.3 Políticas Públicas para a educação infantil no Brasil**

Considerando a educação infantil como política pública, ela está inserida num contexto social, o que exige uma análise da redefinição do papel do Estado e seus movimentos, em se tratando do seu exercício de poder na sociedade capitalista.

A democratização da educação infantil está imersa tanto no contexto educacional quanto no social. Segundo Martins (2010), a educação infantil é tratada por funções sociais diferenciadas, que oscilam entre o assistencialismo, caracterizados por um atendimento restrito a um modelo de educação compensatório- preparatório, podendo chegar a um atendimento de caráter pedagógico, que contempla uma visão mais abrangente de ensino e aprendizagem. A finalidade em que as políticas públicas se constituem, seria ao encontro das manifestações sociais e políticas, na experiência em atender as demandas manifestadas pelas falas e pretensão da população.

Estima-se que a assistência à educação infantil até meados de 1920 se dera através de instituições particulares. No contexto do projeto industrial brasileiro, nos anos 1930, a criança é vista como um campo de intenções sociais. Surge aí um conjunto de práticas que ofereciam assistência social e tinham a função de controlar a infância dos mais pobres, pois esse conjunto de práticas foi ordenado no Código de Menores de 1927.

A educação como política pública deve ser entendida como parte de estratégias e projetos definidos pelo Estado, com o objetivo de criação, reprodução e manutenção das estruturas de poder. Assim, as políticas públicas podem ser interpretadas como ações que constituem uma relação entre os interesses do Estado e as necessidades da sociedade, como consequência do desenvolvimento do capitalismo. Para esse sistema, as políticas sociais possuem importância estratégica, submetendo as ações do Estado aos interesses do capital. As políticas, assim, são utilizadas como controle social, de acordo com os autores:

As políticas públicas, particularmente as de caráter social, são mediadas pelas lutas, pressões e conflitos entre elas. Assim, não são estáticas ou fruto de iniciativas abstratas, mas estrategicamente empregadas no discurso dos conflitos sociais, expressando em grande medida, a capacidade administrativa e gerencial para implementar decisões de governo [...]. Por isso mesmo, uma análise das políticas públicas se obrigaría a considerar não apenas a dinâmica do movimento do capital, seus meandros e articulações, mas os antagônicos e complexos processos sociais que com eles se confrontam (Shiroma, Moraes; Evangelista, 2011, p,8).

Na segunda metade do século XX, ocorreram algumas mudanças quanto às práticas educacionais antes da escola primária: um número expressivo de crianças pequenas, entre 0 e 6 anos, em diversos países, começaram a compartilhar diversas experiências educacionais, sob

a supervisão de um adulto especialista (do sexo feminino), fora do espaço doméstico, em locais como creches, escolas maternais, pré-escolas ou jardins de infância. A intenção era fazer com que a criança pudesse se socializar, fora do contexto familiar.

Já no final dos anos 1970, no auge da ditadura militar no Brasil, houve uma grande pressão dos movimentos sociais, como o movimento Luta por Creches, defendendo essa instituição como um direito, em oposição à tradição caritativa e de custódia.

Em 1980, foram realizadas mudanças em relação ao atendimento à criança pequena. O movimento feminista levanta a bandeira de creches também para crianças pequenas e não só apenas para mães que trabalham. Era a efervescência da conquista da “democracia”. A educação infantil passa a ser discutida como direito e opção das famílias, sendo questionadas intensamente as políticas governamentais baseadas na concepção compensatória, massificada e precarizada.

Com o advento da Constituição de 1988, a Educação Infantil ganha expressão, em seu artigo 208, inciso IV, estabelecendo a “garantia de atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade”. Posteriormente, foram surgindo outras legislações, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) – Lei nº 8.069/90, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96, Plano Nacional de Educação (PNE, 2001), entre outras. A obrigatoriedade da oferta da educação, prevista na Constituição Federal, representou um avanço para a educação infantil. O sistema educacional teve que organizar-se para atender a uma nova responsabilidade, em especial, os municípios, pois estes passaram a atender a demanda da educação infantil, e com prioridade, o ensino fundamental.

Devemos considerar a educação infantil brasileira, segundo Rosemberg (2012, p.12), como a constituinte de um subsetor das políticas educacionais e um campo de práticas e conhecimentos em construção, procurando se inspirar através de um passado antidemocrático.

Quando pensamos em analisar a democratização da educação infantil, deve-se estudar os interesses dos formuladores dos programas, ou seja, como se dá o processo de ampliação de vagas para atender a sociedade capitalista e a relação entre a oferta de vagas e os impactos disso na sociedade.

## **2.4 Aspectos Legais da Educação Infantil no Brasil**

A Constituição Federal (1988), em seu artigo 205, assegura que: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (CF, 1988).

Consideramos que quando o documento se refere a pleno desenvolvimento da pessoa, reforça a ideia de uma educação integral, no sentido de formar o cidadão em sua totalidade, em todos os aspectos, principalmente em se tratando de valores fundamentais para a convivência em sociedade.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), em seu capítulo IV, assegura, em seu artigo 53, que: “A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.” (ECA, 1990).

Apesar da grande contribuição para as políticas sociais, a redação do ECA e da Constituição Federal, é insuficiente, pois não são todas as instâncias que promovem uma educação que realmente esteja voltada para o exercício da cidadania, promovendo uma conscientização do educando, desde a primeira infância, de seu papel no mundo. O que se observa é uma educação voltada para os interesses do mercado, com tendência neoliberal. Cada vez mais é comum a parceria com instituições privadas, contribuindo assim para a precarização da educação pública. A educação não é mais direito social e subjetivo, mas um serviço mercantil (Frigotto, 2011, p. 240).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996), lei nº 9394/96, em seu artigo 29, assegura que a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Já em seu artigo 30, afirma que a educação infantil será oferecida em: “I- creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II- pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade. Essa lei instituiu, pela primeira vez, a educação infantil como primeira etapa da educação básica, promovendo a legalização do atendimento em creches e pré-escolas” (LDB, 1996).

Como os municípios passaram a não priorizar o atendimento à educação infantil, surge a Lei Federal nº 12.796, de 04/04/2013, que altera a LDB e torna obrigatória a matrícula das crianças de 4 e 5 anos (Pré-escola). A faixa etária da educação escolar obrigatória e gratuita

no Brasil passa a ser de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos. Entretanto, apesar desse avanço, o atendimento a crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos (Creches) segue a passos lentos. Pela não obrigatoriedade, os municípios passam a oferecer, porém de maneira insuficiente.

No ano de 2024, surge a lei nº 14.851, de 3 de maio de 2024, que dispõe sobre a obrigatoriedade de criação de mecanismos de levantamento e de divulgação da demanda por vagas no atendimento à educação infantil de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade. Trata-se de um grande passo para a universalização da educação. Mesmo não exigindo a obrigatoriedade, a lei sugere transparência na divulgação das vagas e a família que se sentir negligenciada, terá respaldo para exigir a vaga na unidade escolar mais próxima de sua residência. O grande desafio é aumentar a oferta de vagas nas creches, como podemos observar no Plano Nacional de Educação (PNE, 2014) vigente, em sua primeira meta:

Meta 1 – Universalizar, até 2026, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças até 3 (três) anos até o final da vigência deste Plano Nacional de Educação (PNE, 2014).

Podemos considerar que a proposta é lutar pelo acesso e permanência das crianças na escola, no nível de educação infantil, a fim de oferecer uma educação voltada para a promoção dos valores humanos. E partindo de um pensamento voltado para a continuidade do processo educacional, é viável que a criança tenha contato com as diferenças desde a creche mesmo, não apenas na pré-escola.

Outro documento norteador da educação brasileira é a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017), que tem o objetivo de uniformizar as atividades promovidas nas instituições de ensino com o intuito de garantir o desenvolvimento intelectual dos alunos. Por isso o documento apresenta uma série de competências que devem ser assimiladas pelas crianças nessa fase da vida escolar. No caso da educação infantil, o currículo é composto por habilidades voltadas para o desenvolvimento das crianças da faixa etária de 0 a 5 anos e 12 meses. Há a base comum, que deve ser seguida, porém as escolas têm a liberdade de elaborar seus projetos de maneira interdisciplinar, priorizando as vivências relacionadas à realidade dos educandos.

Considera-se relevante destacar que o documento acima foi implementado de maneira arbitrária, sem debate, sem participação das entidades sindicais, estudantes e pesquisadores do tema.

Os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (Brasil, 2018), têm por objetivo orientar os sistemas de ensino com padrões de referência de organização, gestão e funcionamento das instituições de Educação Infantil, contribuindo para um processo democrático, de formulação, implantação e avaliação das políticas públicas para as crianças da faixa.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A presente pesquisa foi baseada em observações de experiências em sala de aula com 2 (duas) professoras de Educação Infantil no município de Aquiraz (CE), que adotaram em suas turmas o Projeto Valores Humanos na Educação Infantil (uma professora mais antiga, que participou da implantação do projeto, em 2017, e uma mais recente no município); 1 (uma) diretora escolar, 1 (uma) representante da Secretaria de Educação, bem como na análise de documentos que trazem a legislação para a Primeira Infância: Constituição Federal de 1988, Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), Lei da Primeira Infância (2016), Política Nacional de Educação Infantil: pelos direitos das crianças de zero a seis anos à educação (1994).

Trata-se de uma pesquisa de caráter experimental, por ser baseada em observações em sala de aula. Por estar basicamente atrelada às vivências das crianças na educação infantil, pode ser considerada também uma pesquisa qualitativa, pelo fato de analisar comportamentos, ideias e motivações das pessoas envolvidas (profissionais da educação e crianças), surgindo de dados empíricos, coletados de forma sistemática.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os sujeitos, a fim de coletar informações e vivências relacionadas ao Projeto Valores Humanos na Educação Infantil. Além dessa metodologia, as observações das ações relacionadas ao envolvimento das crianças com os valores também devem ser consideradas, de maneira significativa.

A coleta de dados para a construção do texto foi registrada através de um diário de bordo, na ocasião da pesquisa de campo, realizada na Creche Criança Feliz, localizada no Centro de Aquiraz, onde foram descritos os relatos relacionados ao envolvimento com o projeto, as dificuldades encontradas em sua implantação e permanência, os principais destaques apontados pelas professoras entrevistadas e a relevância social. A primeira turma acompanhada foi o Infantil III (3 anos), no turno da manhã, e a segunda turma, também do mesmo nível, no turno da tarde.

A pesquisa teve como finalidade a avaliação do Projeto Valores Humanos no município de Aquiraz e seu impacto na realidade social do município.

## 4 ESTUDO DE CASO

### 4.1 A educação infantil no Ceará

Em seu art. 208, inciso IV, a Constituição Federal de 1988 estipula que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de educação infantil, em creches e pré-escolas, às crianças de até 5 (cinco) anos de idade. A lei Federal nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB), em seu art. 29, caput, salienta que a educação infantil é a primeira etapa da educação básica e que tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológico e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Vale ressaltar que a LDB, em seu art. 4º, inciso I, estipula que a educação básica obrigatória é organizada em pré-escola, ensino fundamental e ensino médio. Posteriormente, em seu art. 6º, assegura que é dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica obrigatória a partir dos 4 (quatro) anos de idade (a partir da pré-escola).

A Lei nº 13. 005/2014, que institui o Plano Nacional de Educação (PNE), cuja vigência compreende o período de 2014 a 2024, tem como uma das metas universalizar, até 2026, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade, e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos, até o final de sua vigência (Meta 1).

Mesmo diante de leis que asseguram o direito e acesso à educação, um levantamento realizado pelo Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE) – IRB, realizado no segundo semestre de 2021, destaca que 81% de crianças de 4 e 5 anos estão matriculadas em pré-escolas no país, ficando cerca de 1,2 milhão de crianças dessa faixa etária ainda sem frequentar a escola. Em se tratando de crianças de 0 a 3 anos, o percentual de atendimento em creches alcança 31%, sendo assim necessário garantir vagas para outras 2,2 milhões de crianças para se alcançar a meta de 50% de atendimento até o ano de 2024 estipulada no Plano Nacional de Educação (PNE).

O Ministério Público, visando garantir a Educação Infantil, é orientado a realizar ações coordenadas para o aumento da oferta de vagas em creches públicas, com o objetivo de ampliar o atendimento em creches, até 2024, de no mínimo, 50% da população de 0 a 3 anos.

Divulgado em 2022, o relatório realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) referente ao 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação informa que, em 2019, o indicador de desigualdade de acesso à creche entre os 20% mais ricos da população de 0 a 3 anos chega a 27,3 pontos percentuais, bem acima do que estabelece a Estratégia 1.2 do PNE (10,0 pontos percentuais).

O Estado do Ceará, que possui um histórico de trabalhos colaborativos, como também de avanços educacionais, desenvolveu, juntamente com os municípios, visando a garantia do direito de aprender de cada aluno (a) na idade certa, um documento curricular como referência de participação coletiva. O Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC):

Busca apontar caminhos para que o currículo das escolas cearenses seja vivo e prazeroso, de modo a assegurar as aprendizagens essenciais indispensáveis a todas as crianças e adolescentes, cumprindo de forma efetiva com o compromisso assumido pelo estado do Ceará que é o direito de aprender na idade certa. Com base no documento, as redes de ensino e instituições escolares públicas e privadas contarão com uma referência estadual para elaboração ou adequação de suas propostas pedagógicas (DCRC, 2019).

Fortalecer o protagonismo docente, dos alunos e alunas em cada sala de aula do Ceará, reafirmando o compromisso com a construção de uma sociedade baseada na justiça, equidade e igualdade. Tudo isso faz parte também do objetivo do referencial curricular cearense. O direito de aprender é a meta principal, contando com a parceria das instituições educacionais. Garantir a escola democrática, com qualidade social, representada no documento como uma decisão política dos educadores cearenses.

Como proposta para o cenário mundial, o documento curricular propõe formar pessoas capazes de desenvolver competências e habilidades que as tornem criativas, críticas, participativas, abertas ao novo, colaborativas, resilientes, produtivas, comunicativas, responsáveis, capazes de conviver e aprender com as diferenças e as diversidades. De maneira significativa, pretende contribuir para a superação das fragmentações das políticas educacionais, fortalecendo o Regime de Colaboração entre a três instâncias do governo e visando garantir oportunidades iguais para todos, fazendo acontecer a justiça social.

Quando pensamos em caminhos voltados para a melhoria de vida da população brasileira, isso sempre implicará no fortalecimento da população. Esse viés é direcionado ao

documento curricular elaborado pelo Ceará, estado que tinha o desejo histórico de elaborar um documento que respeitasse e valorizasse as singularidades locais e regionais.

No ano de 2011, a Secretaria de Educação do Ceará (SEDUC) realizou uma experiência no campo da ação curricular e entregou, a cada município cearense, o documento denominado "Orientações Curriculares para a Educação Infantil". O documento foi elaborado a partir das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, emanada do Conselho Nacional de Educação. Esse documento foi resultado de uma parceria entre a SEDUC e a Coordenadoria de Educação Infantil do Ministério da Educação.

As Diretrizes Curriculares do Ceará não são consideradas um currículo, mas um instrumento que possibilita reconhecer a imensa e plural diversidade do Ceará. Reúne habilidades e competências que possibilitem ao professor desenvolver, nos alunos, capacidades para participar das práticas sociais diversas, pois ele disponibiliza um conjunto de objetos de conhecimentos de que necessita o estudante em seu processo de formação humano e escolar. É importante frisar que a sua base norteadora se delineia na Educação Infantil.

Por outro lado, reconhece a história do Ceará, no que se refere à permanente atitude de tornar realidade o regime de colaboração com os municípios, como ação conjunta, voltada para a qualidade da educação ofertada. Tal ação conjunta tem se traduzido na emissão de orientações de natureza curricular, cujos resultados têm sido muito promissores.

As novas diretrizes, a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), garantem as bases curriculares comuns para que todos os alunos do norte ao sul do Ceará desenvolvam as mesmas aprendizagens consideradas essenciais; que os aspectos da diversidade nacional, nordestina e cearense sejam explorados e respeitados; e que o professor e a escola entendam ser o desenvolvimento curricular, uma vivência efetiva da busca do princípio educativo da equidade, fortalecendo-se no passo a passo da dinâmica escolar, priorizando a liberdade com responsabilidade, tal como destacamos:

[...] O presente documento sistematiza o pensamento de professores, gestores, técnicos e outros interessados que participaram de estudos e discussões sobre a BNCC- versão final. Orienta no sentido de que a instituição escolar, efetiva executora do currículo decorrente, se sinta mobilizada e apoiada a realizar, com sucesso, a ação curricular que ela própria, em ação coletiva e a partir destes referenciais, tenha delineado. É sempre válido lembrar que este documento também representa um trabalho em desenvolvimento ao longo dos anos de História da Educação do Estado do Ceará. [...] (BNCC, 2017).

O documento curricular cearense, tendo em vista a sociedade que quer construir- se socialmente justa, humana, democrática, solidária e inclusiva – precisa basear-se em alguns princípios, efetivamente vivenciados na prática escolar.

Os Princípios éticos (respeito à autonomia do aluno, bem comum, meio ambiente e às diferenças culturais, identidades e singularidades; políticos (respeito aos direitos e deveres de cidadania, à ordem democrática e ao exercício da criticidade); estéticos (respeito à sensibilidade; fomento da criatividade como veículo, dentre outros, da resolução de problemas; da ludicidade e da liberdade de expressão).

A busca da equidade é o objetivo central do Documento Curricular Referencial do Ceará. A garantia de uma educação de qualidade, independentemente de onde o aluno tenha nascido, seja qual for sua classe social, gênero, etnia, religião, é prioridade. A equidade significa a igualdade de oportunidades para ingressar e permanecer com sucesso, ou seja, aprendendo, na escola. Para isso, torna-se necessário que a instituição escolar seja deliberadamente aberta à pluralidade e à diversidade, e que a experiência escolar seja acessível, eficaz e agradável para todos. Garantir que apenas alguns alunos sejam bem-sucedidos aprofunda as desigualdades sociais vigentes. Torna-se necessário olhar para as desigualdades de aprendizado entre alunos oriundos de diferentes realidades sociais e garantir variadas estratégias didáticas que os façam aprender.

A educação inclusiva é reconhecida como preceito primordial nas instituições educativas. O princípio fundamental da inclusão em educação é o de que todas as pessoas devem aprender juntas, de maneira colaborativa, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e atender as necessidades de seus alunos, pensando a diversidade como elemento pedagógico, onde todos os direitos de aprendizagem sejam assegurados.

Já faz um tempo considerável que a educação integral é um tema bastante relevante para a educação no Ceará. De acordo com o documento curricular em estudo, a educação precisa desenvolver competências e habilidades que tornem a pessoa capaz de viver, fazendo bom proveito das situações em que se depara. Alinhados à BNCC, entendemos que esta pessoa deve “saber comunicar-se, ser criativo, crítico, aberto ao novo, colaborativo, resiliente, produtivo e responsável”. É importante, sobretudo, romper com a visão reducionista em que ainda prevalece a ação prioritária com a dimensão cognitiva do desenvolvimento humano. A criança, o adolescente, o jovem e o adulto precisam ser considerados em sua

integralidade, sendo necessário o reconhecimento da complexidade e a não linearidade do citado desenvolvimento, como também as diferentes infâncias e juventudes. Assim, podemos entender:

“Cumpre ainda ressaltar que a educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza” (BRASIL, 2017, p.8).

Outra necessidade de âmbito primordial é a contextualização, prevista na LDB nº 9394/96, art.26, que exige um movimento mais elaborado, onde cada sistema, cada rede, cada instituição de ensino, cada professor (a), deve colaborar para a construção de um conhecimento que resulta da síntese dos diferentes saberes que embasam a cultura, o trabalho e a prática social dos sujeitos (art. 1º LDB 9394/96).

A interdisciplinaridade pode ser considerada uma integração de saberes. Pressupõe uma articulação interdisciplinar, que estimule novos modos de compreender os componentes curriculares, fortalecendo as relações entre eles, promovendo sua contextualização, incluindo a realidade com o trabalho integrado e cooperativo dos seus professores, do planejamento à execução dos planos de ensino.

O protagonismo infanto-juvenil é uma ação educativa que explora a capacidade do educando ser agente de situações provocadoras, desenvolvendo a autonomia e o senso crítico, nas mais diversas situações. Focaliza a formação integral do aluno e prevê o desenvolvimento de competências e habilidades essenciais, dentre as quais estão aquelas que abrangem aspectos socioemocionais, importantes para o enfrentamento dos desafios do século XXI. Compreende-se que ao favorecer o desenvolvimento da inteligência socioemocional, por certo serão formados seres humanos com forte senso de humanidade, portanto, mais comprometidos com as questões afetivo-sociais.

Precisamos, como professores ativos no estado do Ceará, que realmente estamos presentes diariamente, no chão da sala de aula, salientar que ainda não é possível proporcionar aos nossos educandos essa formação baseada em habilidades socioemocionais de maneira completa, pois em todas as instâncias, desde a educação infantil, até o ensino médio, não temos habilitações adequadas nesse quesito. Ademais, o apoio psicológico aos profissionais da educação é praticamente inexistente. Fica aquela velha máxima: “Quem cuida de quem cuida”?

Como princípio norteador também, a articulação escola/família/comunidade torna-se extremamente importante, porém, na realidade, ainda é considerada insuficiente. Na escola pública, mais precisamente, observamos uma falta de interesse dos pais, que entendem de maneira equivocada que a educação do seu filho ou dependente é responsabilidade exclusiva da instituição escolar. Observa-se também que há um diálogo pouco objetivo entre família e escola. Entretanto, esses laços devem ser estreitados, pois busca conhecer a família é um caminho para melhor conhecer o aluno, seus hábitos e costumes, bem como seus comportamentos. É fundamental fazer da família do educando uma grande parceira da escola.

O documento a nível estadual (DCRC) orienta no sentido de possibilitar o desenvolvimento de competências e habilidades. Ancorado na BNCC, apresenta indicações do que os alunos devem “saber” (em relação aos conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, do que eles devem “saber fazer”. A fim de garantir o desenvolvimento das competências específicas, cada componente curricular apresenta um conjunto de habilidades, que estão relacionadas ao saber fazer uso dos diferentes objetos do conhecimento, que por sua vez, são organizados em unidades temáticas (BRASIL, 2017).

É relevante destacar que a Educação em Direitos Humanos aparece como tema transversal no mesmo documento, assim como Educação para a Paz e cuidados emocionais, temáticas relevantes para essa pesquisa. A Educação voltada para os Direitos Humanos, centrada nos valores humanos, deve preparar o educando para a construção de vivências cidadãs:

Uma cultura de respeito, de consciência, afirmação e defesa de direitos humanos advém de amplos e continuados processos de disseminação e cuidado pedagógico. É nessa perspectiva que propomos fortalecer a democracia e a cidadania como basilares para nossa organização social, para a inter-relação cotidiana, para a vida institucional e, por isso, para o fortalecimento de uma sociedade orientada pelas regras e valores democráticos (BRASIL, 2017).

Educar para a paz significa proporcionar uma Cultura de Paz, capaz de estabelecer uma convivência saudável e segura para todos que fazem parte da comunidade escolar, criando um ambiente acolhedor e saudável. Educar para a paz significa ressignificar a convivência no espaço escolar.

Os processos educativos devem oferecer aos sujeitos a capacidade de percepção de si e do outro, construindo relações de confiança, respeito às diferenças e melhor percepção do

mundo. Os cuidados emocionais devem relacionar-se a noções de amor-próprio, influenciando assim a troca com o outro: família, escola, amigos, professores.

Diante desse arcabouço teórico, baseado nos documentos nacionais para a Educação Infantil, ressalta-se que cada secretaria de educação do estado do Ceará deve continuar discutindo e construindo com toda a comunidade escolar, respeitando os princípios, fundamentos e procedimentos pedagógicos que nortearão as práticas pedagógicas e a organização das atividades facilitadoras de aprendizagem e desenvolvimento capazes de ampliar as múltiplas linguagens das crianças.

Em fase de pandemia de Covid -19<sup>4</sup> (2020/2021), a Secretaria de Educação do Ceará (SEDUC) elaborou normas para a regularização do ensino remoto/híbrido, no tocante ao funcionamento da educação infantil. Através de um Guia Estratégico, a partir de fevereiro de 2020, as aulas passaram a funcionar de maneira remota, com orientações para todas as secretarias municipais, complementando também com seus respectivos decretos. Em meados de 2021, foi ensaiado um retorno aos espaços físicos de educação e de cuidados nos ambientes de aprendizagem, porém isso só foi possível no segundo semestre de 2021, após várias pessoas conseguirem a tão sonhada vacina.

Para isso, existia a preocupação da garantia de que o retorno às atividades escolares presenciais, nos 184 municípios cearenses, fosse realizado de forma segura, tranquila e responsável. Por orientações sanitárias, muitos municípios acabaram adiando o retorno presencial, optando primeiramente pelo contexto híbrido.

O Guia Estratégico para a Implementação do Contexto Híbrido e retorno ao Presencial na Educação Infantil: vínculo escola-família foi elaborado sob as orientações dos decretos nacionais e estaduais, como destaque aos Conselhos Municipais de Educação também consultados.

Em decorrência do contexto de pandemia, a comunidade escolar sofreu grande impacto. Gestores, professores, técnicos, pais, responsáveis e crianças sofreram mudanças repentinas em suas rotinas, provocadas pelo impacto do distanciamento social, o que poderia

---

<sup>4</sup>Pandemia de Covid- 19: Também conhecida como pandemia de coronavírus, é uma pandemia da doença por coronavírus 2019 (COVID-19), causada pelo coronavírus de síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS – CoV-2). O vírus foi identificado pela primeira vez a partir de um surto em Wuhan, China, em dezembro de 2019 (OXFORD UNIVERSITY PRESS. Google Dicionário – Português (Brasil). Disponível em: <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>).

causar, para a grande maioria das pessoas, algum tipo de prejuízo em sua saúde física e mental. Os pais e/ou cuidadores com seus bebês e crianças tiveram que buscar alternativas para lidar com o isolamento. Infelizmente os desejos de liberdade das crianças não puderam mais ser atendidos, como brincar com os colegas, ir à escola, a aniversários, casa de familiares. Para algumas crianças, seria o primeiro contato com a escola, tendo que ser adiado.

Destaca-se, nesse contexto, que os professores nunca pararam. Foram orientados à elaboração de aulas interativas, contatos remotos com as crianças, a fim de estreitar os vínculos. As atividades educacionais passaram a acontecer de maneira reduzida. Em consequência, as crianças tiveram sérios comprometimentos em seus processos de aprendizagens e desenvolvimento.

De acordo com pesquisa da revista Veja Saúde (2021), com esse novo modo de vida, o isolamento social e o ‘ensino’ à distância (‘ensino remoto’) provocaram novos comportamentos e as crianças apresentaram vários efeitos psicológicos, tais como sono alterado, emoções à flor da pele, dependência excessiva dos pais, desatenção, ansiedade, falta de apetite, pesadelos noturnos, desconforto, agitação etc (Grinbergas, 2021).

Como profissional da educação e por ter vivido o momento de pandemia no contexto da educação infantil, é crucial repudiar esse tipo de análise acima, que coloca o ensino remoto entre aspas, dando a entender que era apenas um “faz de conta”. Os professores foram os que mais trabalharam nesse contexto de incerteza, com cobranças e ainda com demandas relacionadas à sua saúde e de seus familiares. De nenhuma maneira podem ser responsabilizados por dificuldades de aprendizagem das crianças. Por ter sido um momento atípico, as famílias também não estavam preparadas para lidar com seus filhos em casa, gerando todos esses problemas relatados.

O retorno às atividades presenciais, no segundo semestre de 2021, a nível de escolas públicas de educação infantil, no estado do Ceará, aconteceu a critério da rede de ensino, que deveria observar sempre os decretos municipais, visto que estes definiriam os percentuais de retorno em cada cidade. Em alguns municípios esse processo aconteceu de maneira tranquila, em outros não, por conta do respeito às regras sanitárias, bem como da conscientização da população.

Ainda no ano de 2021, foi elaborado pela SEDUC, o documento Parâmetros para a Promoção da Qualidade e Equidade da Educação Infantil Cearense. Construído de maneira coletiva e democrática, busca subsidiar o trabalho realizado pelos gestores municipais, com o

objetivo de assegurar os direitos de aprendizagem de bebês e crianças cearenses. O texto apresentado direciona a implementação de políticas públicas voltadas para a primeira infância no Estado do Ceará, visando garantir a equidade de oportunidades educacionais.

É importante destacar que, desde 2007, no Ceará, há um regime de colaboração estado-município, que vem se solidificando ao longo dos anos, mediante estratégias conjuntas entre o governo do estado e os 184 municípios cearenses. Nesse diálogo, a parceria com as Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDES) e com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) torna-se fundamental, uma vez que provoca reflexões necessárias e encorajadoras acerca de ações desenvolvidas no “chão da escola”.

Tendo como base os direitos fundamentais das crianças e os atuais documentos que pautam a Educação infantil no Brasil e no Estado do Ceará, o documento está organizado em quatro dimensões, que constituem aspectos focais na composição da realidade da Educação Infantil, sendo elas. A gestão Democrática, que oportuniza condições de colaboração no âmbito da equipe escolar, como também na articulação territorial em um regime colaborativo com outras unidades da própria rede municipal, com parceiros locais e com outras redes, trocando experiências e fortalecendo a cooperação no Estado do Ceará.

Uma outra dimensão é a Formação, Recursos Humanos e Condições de Trabalho, que se torna um fator fundamental a configurar a qualidade, com o desenvolvimento profissional e melhores condições de trabalho dos que atuam na Educação Infantil, como valorização profissional e formação continuada.

O Projeto Pedagógico e Currículo funcionam como a identidade da unidade escolar. O Projeto Pedagógico documenta a organização do trabalho pedagógico da instituição, definindo metas e prioridades que se relacionam com o compromisso da comunidade escolar com a aprendizagem das crianças. Esse documento também deve explicitar a articulação com os documentos oficiais (DCNEI, BNCC, DCRC e documentos municipais). O Projeto Político Pedagógico (PPP) deve ser atualizado constantemente e sua elaboração e revisão devem ser realizadas de maneira participativa, configurando um exercício de gestão democrática.

A dimensão Espaços, Materiais e Organização dos Ambientes encontra-se dentro do acolhimento na Educação Infantil, como funcionalidade, segurança e trabalho colaborativo, refletindo claramente as concepções de seus projetos educativos e currículos em ação.

## 4.2 A educação infantil no município de Aquiraz

A Secretaria de Educação de Aquiraz (SME – AQUIRAZ), segundo atualizações recentes, ocasião da reeleição do prefeito vigente, Bruno Gonçalves, possui como missão garantir o acesso, a permanência com sucesso na aprendizagem e o desenvolvimento da educação integral humanizada, por meio de uma gestão democrática, considerando os aspectos referentes à ciência, cultura e cidadania.

Como visão, pretende ser reconhecida como uma organização modelo de excelência na área de educação municipal pública, que busca o aprimoramento de suas atividades e tem como foco o desenvolvimento de capacidades, aptidões e valores, que permitem aos cidadãos o aprendizado da autonomia e democracia ativa.

Os principais valores relacionam-se a agir com compromisso e transparência na gestão pública democrática e uso correto dos recursos; buscar o desenvolvimento integral dos estudantes e a inclusão social; compromisso com a profissionalização e a valorização dos profissionais da Educação e promover a eficiência na oferta e nos resultados dos serviços educacionais.

Buscando organizar, desenvolver e manter seu Sistema Municipal de Ensino, integrado à União e ao Estado, com os principais parâmetros da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a prefeitura de Aquiraz está sempre planejando, desenvolvendo, executando e avaliando sua política educacional.

A citada Secretaria de Educação planeja, coordena e acompanha a execução do plano de ação do governo Municipal e os programas gerais e setoriais inerentes à sua Secretaria, garante a prestação dos serviços Municipais, de acordo com as diretrizes de governo. Periodicamente, promove reuniões a fim de traçar diretrizes, dirimir dúvidas, ouvir sugestões e discutir assuntos de interesse da pasta e do Município.

O Plano Municipal de Educação de Aquiraz, referente ao decênio (2015-2024), considerado pelos agentes municipais, é visto como uma oportunidade para a garantia de necessidades básicas do município. No documento, são abordadas metas de desempenho e metas de qualidade referentes ao processo de ensino-aprendizagem. Tal como podemos observar:

Este plano, que ora se apresenta aos educadores e à comunidade local, tem em vista contribuir para a formação e divulgação de ampla base de dados referentes ao

Município de Aquiraz, subsidiando o fazer pedagógico da gestão, bem como o desempenho didático, os projetos, os programas e a política pública voltada para a Educação e um Ensino comprometidos com a inclusão social, em decorrência, com a melhoria acentuada da qualidade de vida da população aquirazense (PLANO MUNICIPAL DE AQUIRAZ, p. 21).

Assim, o presente Sistema de Ensino, passa a adotar o conceito de escola pública como um Bem Público; o conceito de servidor público como a pessoa que está a serviço do povo e da comunidade; e passa a implantar o conceito de responsabilização social no serviço público educacional.

Em seu núcleo de Educação Infantil, a Secretaria de Educação conta com um Secretário de Educação e um Coordenador Pedagógico, complementando esse nível com duas formadoras, que mensalmente, na Casa do Saber Justiniano de Serpa, localizada em frente à Secretaria de Educação de Aquiraz, Praça das Flores, Centro. Esse espaço é destinado a eventos, cursos e formações em geral.

As formações para os professores de Educação Infantil são temáticas, abordando questões relacionadas às práticas docentes e assuntos relacionados à educação em geral. Há palestrantes que privilegiam o lúdico e as habilidades necessárias ao desenvolvimento das crianças que fazem parte da faixa etária da educação infantil (creche e pré-escola, do berçário até os 5 anos).

Como experiência pessoal da pesquisadora, datada do ano de ingresso no município de Aquiraz, 2019, os CEIs (Centros de Educação Infantil), instituições que cuidam e educam crianças de 0 a 5 anos de idade, ainda estavam em fase de implantação. Foram criados para promover o desenvolvimento integral da criança, em todos os seus aspectos; proporcionar um ambiente estruturado para que as crianças aprendam a interagir, compartilhar, colaborar e se relacionar; desenvolver habilidades sociais e emocionais essenciais, como empatia, cooperação, autocontrole e resolução de conflitos. Não são apenas nesses espaços que funcionam a educação infantil no município.

Algumas escolas, além de ofertarem o ensino fundamental, são responsáveis também pela educação infantil. Ressalta-se que os espaços dos CEIs contam com uma melhor estrutura, com professores pedagogos exclusivos, o que acaba sendo mais propício ao desenvolvimento da criança pequena.

O CEI Fernanda de Brito, localizado no bairro Chácara da Painha, a 2 km do Centro de Aquiraz, onde foi realizada a primeira experiência profissional da pesquisadora no

município de Aquiraz, contava com uma diretora e 9 (nove) professoras, atendendo as turmas de infantil III (3 anos) ao Infantil V (5 anos).

Como professora regente do Infantil III, a vivência no início foi bem difícil, pois a creche não contava com apoio pedagógico (apenas a diretora realizava a função pedagógica). No segundo semestre, foi nomeada uma coordenadora pedagógica para dar apoio ao corpo docente. Além do Infantil III pela manhã, havia a necessidade do preenchimento da carga horária no Infantil IV, turno tarde. A equipe de professoras (apenas do sexo feminino) era bastante empenhada, onde houve a permanência nesse local até julho de 2021 (Período de Pandemia). O tema da pandemia é abordado de maneira relevante durante a pesquisa.

A creche, como conhecida popularmente o CEI, é muito bem aceita pela comunidade, sendo muito procurada pela população no início do ano, e vindo crianças até de outros bairros em busca de matrículas. Os eventos sempre muito bem organizados, as professoras empenhando-se em um trabalho coletivo, de ajuda mútua, tudo muito harmonizado. O espaço tornou-se referência na educação infantil do município de Aquiraz pela excelência no ensino e nos projetos.

No retorno às aulas presenciais, em 2021, a pesquisadora foi removida para uma escola mais próxima de sua residência, EMEIF Henrique Gonçalves da Justa Filho, localizada no bairro Jacundá, a 7 km do Centro de Aquiraz. O ambiente escolar oferece da educação infantil ao ensino fundamental (Do infantil III ao 9º ano). Por possuir três níveis, Educação Infantil, Ensino Fundamental – anos iniciais e Ensino Fundamental – anos finais, conta com uma quantidade maior de professores, com uma demanda maior de alunos e com um apoio pedagógico dobrado.

O espaço para a educação infantil é composto apenas por duas salas (Infantil III e IV), sendo necessário uma série sempre ser ofertada no turno tarde (Infantil V). Da mesma forma que os CEIs, os professores participam de formações e é respeitado o terço do planejamento<sup>5</sup>, atendendo a legislação nacional para a educação (LDB 9394/96).

---

<sup>5</sup> Terço do planejamento de aula: Lei que assegura o direito de o professor ter 1/3 de sua jornada de trabalho para planejamento de aulas, reuniões correção de atividades, entre outros, evitando assim, o acúmulo de serviços em casa, ou que ele não tenha uma jornada muito intensiva com estudantes e levar muito serviço para casa (Lei 11.738/2008, em seu artigo 2º, parágrafo 4º)

#### **4.3 O projeto Valores Humanos nas escolas de Educação Infantil de Aquiraz e a parceria com o Instituto Myra Eliane**

O Instituto Myra Eliane é uma instituição sem fins lucrativos criada em 2016, em Fortaleza, que tem como propósito “transformar vidas através dos valores humanos”. Atua na promoção da Educação Infantil com base nos Valores Humanos, na formação de jovens e adultos, além de ofertar ações culturais gratuitas para a população. A entidade conta com equipamentos próprios, onde desenvolve as atividades de educação e capacitação profissional – o Centro de Educação Infantil (CEI) Olga e Parsival Barroso; o Centro de Formação Profissional Yolanda e Edson Queiroz (Cenfor); e os espaços de fomento às artes – Memorial Edson Queiroz (Cascavel) e espaço Cultural Arandu (Caucaia).

No ano de 2017, na gestão do prefeito Edson Sá, Aquiraz assinou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) do projeto Valores Humanos na Educação Infantil. O projeto é uma parceria do Ministério Público do Ceará (MPCE), através do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOPIJ), com o Instituto Myra Eliane, que visava inserir, nas legislações municipais, normas que garantissem a adequação do projeto pedagógico das creches e pré-escolas para a inclusão de conteúdo direcionado à formação dos valores humanos de crianças até seis anos de idade.

Ao assinar o TAC, o município de Aquiraz comprometia-se a implementar ações de valorização da educação infantil com acompanhamento direto feito pelos promotores de justiça do MPCE. Em contrapartida, os professores da rede pública seriam capacitados dentro de uma pedagogia humanística pelo Instituto Myra Eliane:

Já assinaram o TAC do projeto Valores Humanos na Educação Infantil os municípios de Fortaleza, Caucaia, Eusébio, Horizonte, Maracanaú, Pindoretama e São Gonçalo do Amarante. O momento agora é focar na capacitação pelo Instituto Myra Eliane dos municípios que firmaram o TAC e, em um segundo momento, levar o projeto aos municípios do interior, primeiramente os maiores (Ministério Público do Estado do Ceará - MPCE, 16 de fevereiro de 2017).

A educação infantil do município de Aquiraz, no ano de 2017, passou a compor em seu currículo, a Lei nº 1.219/2017, que dispõe sobre a regulamentação da formação continuada de professores da educação infantil da rede municipal de ensino de Aquiraz com foco nos valores humanos.

Em entrevista com uma representante da Secretaria de Educação de Aquiraz, ela destaca que, segundo a mesma lei, o município deve incluir, dentro do currículo da educação infantil, ações voltadas para a formação em valores humanos. Com a parceria com o Instituto Myra Eliane, o município aderiu a capacitações com um grupo formador de Campinas (SP), primeiramente, com uma proposta nova. Porém, pelo mesmo não possuir a chancela, outro grupo voltado para a formação humana aderiu à proposta de realizar as formações nos municípios.

No ano de 2023, o município de Aquiraz não renovou a parceria com o Instituto Myra Eliane e passou a atuar de maneira autônoma, recebendo auxílio do grupo que realizava as formações voluntariamente, voltada aos valores humanos. As formadoras autorizaram a reprodução do material que era usado, voltado aos Valores Humanos, e todas as escolas do município receberam um exemplar, com o objetivo de continuar realizando o projeto nas escolas. Além disso, mensalmente, os professores recebem orientações da Secretaria de Educação voltadas também para essa formação humana. Na aquisição dos livros didáticos, em 2024, o município adquiriu livros paradidáticos com temáticas voltadas aos valores humanos.

Como experiência docente no município de Aquiraz, realizado pela presente pesquisadora, entre os anos de 2019 e 2021, na creche Fernanda de Brito, localizada no bairro Chácara da Prainha, a 2 km do Centro de Aquiraz, a vivência com o projeto Valores Humanos na Educação Infantil foi bastante efervescente. Havia um agendamento de ações nas turmas de crianças de 3 a 6 anos (Infantil III, IV e V), de acordo com a tese defendida por essa formação humana, que envolvia a todos, como Momento Brasil, Círculo do Amor, Harmonização, Hora do Conto e Família na Escola. Junto a todas essas ações, o momento da acolhida era crucial para o envolvimento do aluno.

No momento Brasil, as crianças tinham contato com os hinos do município de Aquiraz e do Brasil, protagonizando a valorização de suas identidades étnico-raciais. O Círculo do Amor era a oportunidade delas, sempre ao lado das outras, vivenciarem dinâmicas coletivas, provocando sempre emoções significativas. A Harmonização era o momento de leveza, tranquilidade e descanso.

A Hora do Conto significava a ação coletiva, onde as crianças praticavam o reconto, ou seja, a reconstrução oral de uma história já contada pela professora, em que elas narravam da maneira que entendiam o conto. A Família na Escola significava a confirmação dessa parceria. Tratava-se de uma culminância com temáticas relacionadas aos sentimentos e onde as

mães e pais realizavam ações juntamente com seus filhos, a fim de estreitar os laços familiares e afetivos.

Nos anos de 2020 e 2021, anos de pandemia, as escolas funcionaram de maneira remota, e os professores passaram a postar diariamente as atividades nos grupos de WhatsApp, sem nenhum apoio da Secretaria de Educação de Aquiraz, como notebook, celulares ou chips com internet banda larga.

Foi um período de isolamento não apenas social, mas de cobranças por frequências de alunos, professores ansiosos pela obrigatoriedade de precisar alimentar a plataforma do Instituto Myra Eliane com as ações diárias, produção de vídeos com temáticas de educação infantil, insatisfação das famílias pelo fechamento das escolas, a angústia de ver a população refém da covid 19 e o número de mortes só crescendo, sem perspectivas de vacina. Foram momentos sombrios para a educação, de maneira geral. O cenário nacional mostrava-se extremamente contrário às regras sanitárias e à melhor forma de tratar a população.

Em meio a todos esses conflitos e inseguranças, todos os meses os professores necessitavam participar de reuniões remotas que serviam como formações, direcionados pela Secretaria de Educação de Aquiraz. As escolas também precisavam realizar suas reuniões, também remotas, para alinhamentos de planejamentos coletivos. Alguns momentos com a Secretaria de Educação à época também foram realizados, como testes de covid 19 foram disponibilizados para os professores da rede.

Ainda em tempo pandêmico, em julho de 2021, a pesquisadora foi transferida de escola, onde continuou, no retorno remoto, no mês de agosto. A nova escola, EMEIF Henrique Gonçalves da Justa Filho, no bairro Jacundá, a 7 km do Centro de Aquiraz, por não ser creche, não possui espaço para apenas a educação infantil, funcionando até o 9º ano do ensino fundamental. O retorno às aulas presenciais, em setembro de 2021, ainda bem temeroso, aconteceu de forma lenta, com horários diferenciados, respeitando-se as regras sanitárias.

Os anos de 2022 e 2023 foram de uma grande dispersão do projeto Valores Humanos na Educação Infantil, sobretudo pela mudança da gestão municipal. O prefeito Bruno Gonçalves venceu as eleições, ficando a parceria com o Instituto Myra Eliane quase que insignificante. Em 2023, a parceria não foi renovada, situação já esperada, devido a poucas formações e à atual secretaria de educação optar por seguir com o projeto de maneira autônoma.

A pesquisa de campo foi realizada em fevereiro de 2025, na Creche Criança Feliz, localizada na rua João Lima, SN, no Centro do Município de Aquiraz. (Abaixo seguem fotos tiradas na creche e atividades realizadas com as turmas).

A turma que a pesquisadora acompanhou foi o Infantil III, composta por crianças bem pequenas (com idade de três anos a três anos e onze meses). Possui um quantitativo de quinze crianças, no turno da tarde. A professora recebe apoio de uma auxiliar de sala, ainda aguardando uma cuidadora, pois há duas crianças com deficiência, que necessitam de uma atenção diferenciada.

### Fotos 01, 02 e 03 respectivamente – Creche Criança Feliz A, B, C

Foto 01



Foto 02



Fonte: Elaboração própria

Fonte: Elaboração própria

Foto 03



Fonte: Elaboração própria

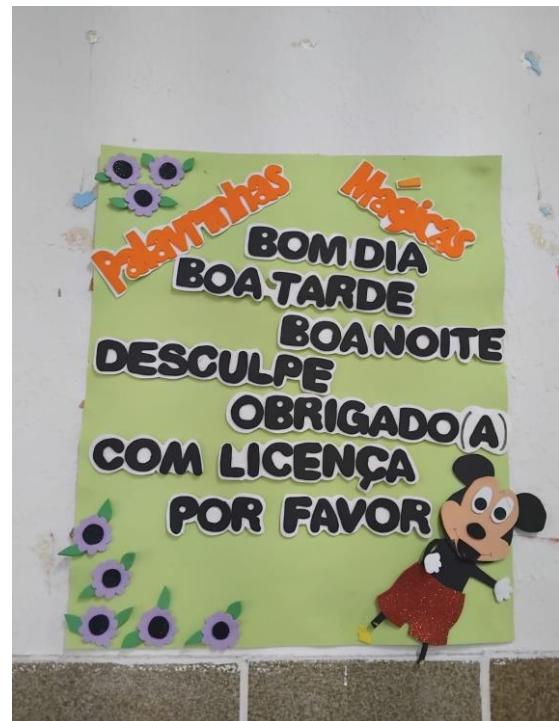
**Fotos 04, 05, 06 e 07 respectivamente – Atividades escolares 1 (A, B, C, D)**

Foto 04



Fonte: Elaboração própria

Foto 05



Fonte: Elaboração própria

**Foto 06**

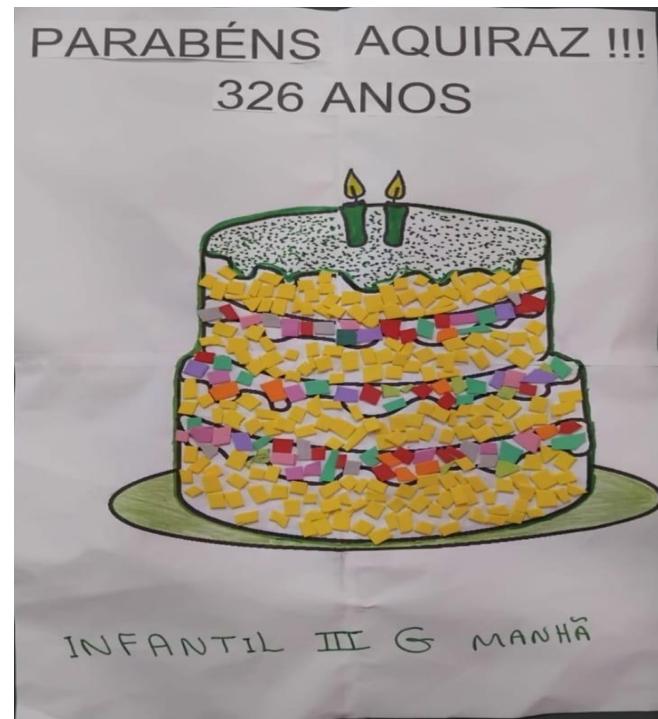
**Fonte:** Elaboração própria

**Foto: 07**

**Fonte:** Elaboração própria

**Fotos 08, 09, 10 e 11, respectivamente- Atividades escolares 2 (A, B, C, D)**

Foto 08



**Fonte:** Elaboração própria

Foto 09



**Fonte:** Elaboração própria

**Foto 10**

**Fonte:** Elaboração própria

**Foto 11**

**Fonte:** Elaboração própria

Em entrevista à professora presente no turno, foram abordadas questões referentes ao projeto Valores Humanos, tais como a relação dela com o projeto. A profissional afirmou que desde seu ingresso no município, 2019, vem trabalhando em sala as questões voltadas a essa temática, e atualmente, por ter a menor carga horária na turma, inclui em seu planejamento, conforme orientação da Secretaria de Educação de Aquiraz (SME- Aquiraz), os valores absolutos e seus principais valores relacionados. (Ver quadro de valores e o roteiro para elaboração de um plano de aula nos anexos A e B respectivamente. Ver também roteiro de entrevista nos apêndices A, B e C).

A professora relata que o projeto possui enorme relevância na vida do educando, quando as relações entre as crianças passam a se tornar mais sadias. Lamenta que as famílias não conseguem mensurar essa mudança. Acredita que os responsáveis poderiam ser mais esclarecidos em relação às temáticas abordadas: verdade, retidão, paz, amor, não violência. E isso poderia partir da gestão da escola, com encontros de acolhida, já que anteriormente, no início do projeto no município, havia o Momento Família, encontros de acolhimento e atividades coletivas. A professora afirma que em outra creche do município teve oportunidade de participar desses momentos e eram bem agradáveis, pois aproximava a família do ambiente escolar.

Em se tratando da prática em sala, ela aponta como vivência exitosa com as crianças o momento de Harmonização, que pode ser considerado uma meditação, onde todos procuram

fechar os olhos, descansar, relaxar, escutar uma música bem agradável e calma, e vem acompanhada de um aroma, ou uma essência, um cheiro agradável, para demonstrar pureza e relação com a natureza.

Como relevância profissional, a professora afirma que os valores humanos, em todos os níveis educacionais, são importantes, porém comenta que encontra dificuldades na execução do projeto, por faltar material básico, como xerox, TNT, EVA, massinha, dentre outros materiais necessários. Falta também um aparelho sonoro, e ela precisa comprar um som com seu próprio salário. Resumidamente, segundo a pedagoga, o material essencial muitas vezes é precário.

Outro fator extremamente importante de citar é a dificuldade entre as próprias profissionais da escola em realizar um planejamento coletivo. Devido à sobrecarga de trabalho, cada professora acaba realizando seu plano de aula de maneira isolada. (Ver plano de aula em anexo B).

Em visita à sala dos professores, observa-se que a preocupação maior sempre é alimentar o sistema que é adotado pela Secretaria de Educação de Aquiraz, o ESAGE<sup>6</sup> (Sistema de Avaliação e Gestão Educacional). Assim, as profissionais ficam reféns do serviço burocrático, em detrimento do que é realmente necessário para uma aula criativa e interessante. O projeto requer tempo, disposição e bastante ludicidade.

Resumidamente, o relato da professora provoca a seguinte reflexão: como os profissionais atuam diretamente na vida dos educandos, proporcionando uma transformação social? Observa-se que desde a implantação da lei que regulamenta a formação de professores com foco nos Valores Humanos, as capacitações são insuficientes, o que se é feito, é sob a responsabilidade de cada profissional que está em sala de aula de educação infantil no município de Aquiraz, e o que sempre foi exposto para a sociedade, é que o projeto adotado tem o papel de transformar a realidade do município, em se tratando de valores imprescindíveis para uma melhor convivência social.

Dando prosseguimento ao ciclo de entrevistas, obtivemos o depoimento da atual diretora da escola, que, quando estava em sala de aula, vivenciou com os alunos o projeto desde

---

<sup>6</sup>ESAGE: Trata-se de uma ferramenta gerencial para a rede pública municipal de ensino, criada em ambiente web, que facilita a administração escolar no que diz respeito à execução, acompanhamento e controle de suas atividades fins, permitindo assim, a atualização em tempo real da base de dados gerenciais da Secretaria de Educação do Município (OXFORD UNIVERSITY PRESS. Google Dicionário – Português (Brasil). Disponível em: <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>).

a sua implantação no município de Aquiraz. A profissional narra que o Projeto Valores Humanos na Educação Infantil é extremamente relevante, ao colocar o aluno como pertencente a uma realidade voltada aos valores, como protagonista nas ações. (Ver roteiro de entrevista em apêndices).

Como experiência mais exitosa, também cita o momento da meditação com as crianças, por proporcioná-las leveza, calma e concentração. Após o parquinho, a criança pode relaxar e ficar um pouco mais calma, para em seguida continuar sua rotina em sala, juntamente com as professoras e os outros colegas. Como professora, ela afirma que sempre fez acontecer, mesmo faltando recurso ou qualquer tipo de material necessário. Acredita também que, para os profissionais de sala de aula da educação infantil, o projeto veio como uma proposta de sequências didáticas<sup>7</sup> necessárias ao desenvolvimento das principais habilidades da educação infantil.

Em se tratando de interação entre as professoras que vivenciam o projeto, que são as professoras com carga horária menor (são aquelas profissionais que, na distribuição das turmas, entram em várias turmas), às vezes, quando coincide, há momentos de trocas de experiências na escola, entretanto, em sua maioria, esse momento se dá nas formações mensais, realizadas pela Secretaria de Educação de Aquiraz.

Do mesmo modo que a professora anterior relata, as famílias atualmente não participamativamente do projeto, bem como não observam mudanças no comportamento dos filhos, mesmo que sutilmente, porém as professoras, com suas sensibilidades, apontam mudanças significativas. Atividades mais interativas, em locais abertos, onde as crianças dinamizam os valores, interagem entre si, dançam, pulam, se divertem, são apontadas pelas pedagogas como diferenciais nas relações interpessoais em sala de aula. A professora entrevistada aponta a ação “Círculo do Amor” como um bom exemplo dessa prática exitosa.

#### **4.4 Experiência com o Instituto Myra Eliane**

---

<sup>7</sup>Sequência didática: É uma estratégia pedagógica que organiza um conjunto de atividades para atingir um objetivo de aprendizagem. É uma forma de ensinar de maneira contínua, envolvendo os alunos na construção do conhecimento (OXFORD UNIVERSITY PRESS. Google Dicionário – Português (Brasil). Disponível em: <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>).

Conforme orientação de pesquisa, e com a ciência de que era de suma importância a visita ao Instituto Myra Eliane, foi realizado o contato com a coordenação da ONG, a fim de ser agendada uma entrevista. O primeiro contato foi feito por telefone, onde a responsável pela instituição orientou a pesquisadora a enviar as perguntas primeiramente por e-mail, a fim de ser feita uma análise prévia da intencionalidade do estudo.

O retorno foi bastante longo, uma semana, findando em uma tentativa de contato por telefone, novamente com a coordenação do instituto. Na ocasião, a pesquisadora apresentou-se como professora, explicando os objetivos da pesquisa e a importância do depoimento dela para o andamento do trabalho. Novamente foram feitas muitas perguntas, informando que para ser realizada a entrevista, precisaria de uma conversa com o setor jurídico da instituição. Além disso, a coordenadora informou que o município de Aquiraz, que é o campo da pesquisa, poderia fornecer as informações mais relevantes, pois não existia mais a parceria entre a Prefeitura de Aquiraz e o Instituto Myra Eliane. Além disso, informou que o Projeto Valores Humanos na Educação Infantil está suspenso em todos os municípios onde existia a parceria. Não quis informar o motivo. Ficou de dar um retorno e pediu mais uma semana para a confirmação. Foi bastante notório o desinteresse da instituição na contribuição da pesquisa.

É importante salientar que o município de Aquiraz aderiu ao Projeto Valores Humanos na Educação Infantil no ano de 2018, com o objetivo de fazer valer a lei nº 1219/2017, que dispõe sobre a regulamentação da formação continuada de professores da educação infantil com foco nos Valores Humanos. Como requisito para a parceria com o Instituto Myra Eliane, o município deveria elaborar o Projeto de Lei. Ressalta-se que havia o acompanhamento do Ministério Público, a fim de promover para a primeira infância uma formação relacionada à formação de valores, pensando em um mundo mais ético.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciarmos essas considerações finais, reiteramos a nossa tentativa de avaliar a política pública Valores Humanos na Educação Infantil no município de Aquiraz. Essa política é de extrema relevância para a sociedade em geral, por se tratar de Valores Humanos necessários à formação de cidadãos críticos, conscientes e coerentes em suas ações. Ressalta-se que o referido projeto vem enriquecendo a prática pedagógica dos professores de educação infantil do município, como também melhorando a convivência entre as famílias contempladas. Espera-se que a presente pesquisa possa contribuir para a melhoria na educação do município de Aquiraz.

Iniciamos o trabalho utilizando um referencial teórico referente aos Valores Humanos adequados à concepção genuína de infância, com um viés voltado para a Pedagogia Crítica e para a Pedagogia Libertadora, pensando em uma formação, desde a primeira infância, de caráter integral, no sentido de atender a todos os aspectos essenciais para o desenvolvimento humano. Foram expostas as Políticas Públicas para a Educação Infantil no Brasil, através de uma contextualização histórica, redefinindo o papel do Estado na sociedade capitalista. Estima-se que, apesar das lutas por creches e ampliação de vagas, são práticas ainda em construção, procurando desvincular-se de um passado antidemocrático. Há muito o que fortalecer na luta dos professores de educação infantil e dos movimentos sociais em busca de melhores condições de trabalho, incentivo à carreira do magistério, piso salarial, redução de jornada de trabalho, cumprimento do terço de planejamento, dentre outras questões urgentes e necessárias.

No tocante aos aspectos legais, buscou-se apresentar os documentos principais, desde a Constituição Federal (Brasil, 1988) à Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017). Diante de todas as obrigatoriedades constitucionais, ainda nos deparamos com a recusa de matrículas, resistência dos municípios na ampliação de vagas em creches, mesmo estando no Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014) como uma das metas principais.

Em relação aos aspectos metodológicos, a pesquisa de campo foi realizada com sucesso, com acompanhamento detalhado das turmas de educação infantil que utilizam o projeto Valores Humanos na Educação Infantil, na creche Criança Feliz, no Centro de Aquiraz. Os depoimentos das professoras e de uma diretora, através de entrevistas na própria escola, foram realizados tranquilamente, como também o relato da representante da Secretaria de Educação de Aquiraz. No entanto, reconhecemos os limites desta investigação quando nos

deparamos com a recusa do Instituto Myra Eliane em fornecer os dados para a entrevista, não aceitando sequer ser feita uma visita à ONG. Os depoimentos dos profissionais da educação são de extrema relevância, porém é admirável uma instituição que se dizia ter um lema de acolhimento, interação, construção de um mundo melhor, adotar esse tipo de postura. A pesquisa, como pioneira no assunto, objetiva servir também de base para estudos posteriores no assunto.

Durante a pesquisa, fomos descobrindo que há uma onda de Organizações Não Governamentais (ONGs) invadindo a educação pública brasileira, com a função de desenvolver nos espaços associativos uma certa mobilização dos cidadãos nas cobranças dos direitos, mas para isso, é necessário que se prestem simplesmente à captação de verbas públicas, mas que criem um mecanismo de autossustentação. Com uma tendência à mercantilização da educação, com o objetivo de acumular capital, através de políticas neoliberais. Podemos observar que as ONGs atualmente se articulam como grupos e movimentos na busca de influenciar e cobrar o estado as políticas governamentais para que essas supram da maneira mais extensa possível as necessidades da sociedade utilizando-se de relações de solidariedade, na busca dessa democratização e influência política.

Na cidade em questão, município de Aquiraz, existe o projeto de lei, datado de 2017, que assegura aos profissionais e estudantes do município uma formação voltada aos Valores Humanos na Educação Infantil, e entre os anos de 2018 e 2022 existiu a parceria com o Instituto Myra Eliane, para que esse direcionamento fosse repassado ao município, porém, apenas em 2023, com o fim da parceria, é que foi possível à Secretaria de Educação de Aquiraz fornecer capacitações adequadas. Podemos considerar que o município começou a caminhar de maneira autônoma. Isso pode ser considerado um grande avanço, na medida em que valoriza os profissionais da Secretaria de Educação, tornando-os capazes de fornecer material e formações suficientes para que a mudança aconteça, e motivando os professores a fim de que suas ideias e metodologias em sala de aula possam ser consideradas e ativas.

Algumas considerações merecem destaque na pesquisa, quando consideramos o viés contra hegemônico da mesma. Observamos uma precarização do trabalho docente, na medida em que, desde o início, a política pública implantada não dá subsídios pedagógicos necessários aos docentes; grande quantidade de professores substitutos no município, o que impede a continuidade do projeto, como também prejudica o vínculo professor-aluno de

educação infantil; falta de material e estrutura física, dentre outras problemáticas relatadas pelos professores na pesquisa de campo.

Devemos considerar que a temática referente aos Valores Humanos se faz tão urgente e necessária, quando pensamos em uma educação voltada para a liberdade, com pessoas capazes de realizar a transformação social, a fim de almejar a emancipação humana. Entretanto, as políticas públicas de incentivo devem ter também esse caráter, buscando o desenvolvimento real da integralidade e autonomia do educando.

## REFERÊNCIAS

**ARAÚJO, U. F. A construção social e psicológica dos valores.** In: ARAÚJO, U.; PUIG, J. M.; ARANTES, V. A. (Org.). Educação e valores São Paulo: Summus, 2007.

**BRASIL.** Câmara Municipal de Aquiraz. **Lei nº 1.219, de 09 de junho de 2017.** Dispõe sobre a regulamentação da formação continuada de professores da educação infantil da rede municipal de ensino de Aquiraz com foco nos valores humanos, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.aquiraz.ce.gov.br/leis.php?id=1090>.

**BRASIL.** [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao).

**BRASIL.** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024.** Linha de Base. – Brasília, DF: Inep, 2015.

**BRASIL. Lei nº 8.069,13 de junho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 1 jul. 1990 a.

**BRASIL. Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008.** Regulamenta a alínea "e" do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 jul. 2008.

**BRASIL. Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016.** Dispõe sobre as políticas para a primeira infância. MEC. 2012.

**BRASIL. Lei nº 14. 851/24.** Dispõe sobre a obrigatoriedade de criação de mecanismos de levantamento e de divulgação da demanda por vagas no atendimento à educação infantil de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade. Brasília, DF: Casa Civil, 2024.

**BRASIL. Lei nº 8291/2014.** Altera os artigos 54 a 57 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Amplia a faixa etária da educação escolar obrigatória. Brasília, DF: Casa Civil, 2014.

**BRASIL.** Ministério de Educação e Cultura. LDB - **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.**

**BRASIL.** Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2018.

**BRASIL. Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil.** Brasília, DF: Casa Civil, 2006b.

**BRASIL. Política Nacional de Educação Infantil:** pelos direitos das crianças de zero à seis anos à educação. MEC. 1994.

BRITO, Cintia Falcão. **Políticas públicas para educação infantil:** uma relação entre entes federados. Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Bahia, 2021.

CAMBA, Salete Valesan. **Ongs e escolas públicas:** uma relação em construção. 2004 Dissertação (Mestre em Educação). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.

CARVALHO, Olívia Duarte de. **A construção de valores na criança.** Brasília, 2007.

CÔCO, Valdete; MELLO, André da Silva. Privatização e mercantilização na educação infantil: diálogos sobre a oferta nas redes públicas e privadas. **Revista Eletrônica Pesquiseduca**, v. 14, n. 36, 2022, p. 847-870.

FERREIRA, Manuela. **Do Avesso do Brincar ou...as Relações entre Pares, as Rotinas da Cultura Infantil e a Construção da (s) Ordem (ens) Social (ais) Instituinte (s) das Crianças no Jardim – de – Infância.** 2004.

FOUCAULT, Michel. **O cuidado de si.** Rio de Janeiro. Graal. 1985.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança:** um reencontro com a pedagogia do oprimido. 20. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.16, jan/abr. 2011.

GOMES, Maria Regiane Vidal Costa Simonetti. **As políticas públicas de educação infantil no contexto dos direitos da criança à educação de qualidade.** Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, 2006. Disponível em:  
<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n46/v16n46a13>

INSTITUTO SATHYA SAI DE EDUCAÇÃO NO BRASIL. **Educação Sathya Say em valores humanos:** educar para transformar. Fortaleza, 2023.

KOERICH, Paula Maria Santos; MARTINS, Thais Carboni. **Desenvolver valores na primeira infância: uma proposta de ação pedagógica.** Santa Catarina, 2004

KRAMER, Sônia. Infância e Educação: **O necessário caminho de trabalhar contra a Barbárie.** Papirus Editora. São Paulo, 1999.

LAGARES, R; ALMEIDA, G.Q.M. **Pedagogia Histórico-Crítica:** um projeto de educação pública. Tocantins, 2021.

LEHER, Roberto. Mercantilização da educação, precarização do trabalho docente e o sentido histórico da pandemia da covid 19. **Revista de Políticas Públicas.** v. 26, p. 78-102, 2022.

LIMA, Daniela Zanoni de Oliveira. **Políticas públicas de educação infantil:** uma análise da democratização no município de Londrina. Londrina, 2018.

MARTINS, Marislei Zaremba. **Políticas Públicas para a educação infantil: da assistência social à rede municipal de ensino, no município de Ponta Grossa.** Universidade Tuiuti do Paraná – Programa de pós- graduação em educação. Curitiba, 2010.

MELO, Maria Lucia; RODRIGUES, Denise Simões. **Gramsci e a educação.** I Jornada Internacional de Estudos e Pesquisas em Antonio Gramsci; VII Jornada Regional de Estudos e Pesquisas em Antonio Gramsci. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: 2016.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO CEARÁ. Página Inicial. Disponível em: <https://www.mpce.mp.br>. Acesso em: 20 fev. 2025.

MOREIRA, Arymaelyda Aryely; VIEIRA, Anne Caroliny Rufino Soares. **Políticas públicas para a educação infantil: desafios e possibilidades.** Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Paraíba. 2017.

MORGAN, Dimas Alexandrino da Rocha; SILVA, Joelma Gomes da; KNACKFUSS, Maria Irany; MEDEIROS, Humberto Jefferson de. **As políticas públicas no contexto da educação infantil brasileira.** Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN). 2014

MURPHET, H. **Sai Baba:** o Homem dos Milagres. Tradução do professor Hermógenes. 6. edição. Rio de Janeiro: Record. 1993, p, 241.

OLIVEIRA, Maria de Jesus Alves de; PAWLAS, Nilsa Oliveira. **A importância da educação de valores na educação infantil.** Paraná: UNICENTRO, 2018.

OXFORD UNIVERSITY PRESS. **Google Dicionário – Português (Brasil).** Disponível em: <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>. Acesso em: mai e jun. 2025.

POWER, C. N. **A resposta da UNESCO ao desafio de criar unidade na diversidade.** In: CAMPBELL, Jack (org.). Construindo um futuro comum: educando para a integração na diversidade. Brasília, DF: UNESCO, 2002.

RIOS, T. A. Ética e Competência. **Coleção Questões da Nossa Época.** v.16. 8. Ed – São Paulo: Cortez, 1999.

ROSEMBERG, Fúlvia. **A criança pequena e o direito à creche no contexto dos debates sobre infância e relações sociais.** Educação Infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais/ Maria Aparecida Silva Bento (org.). São Paulo. Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT, 2012.

SABINI, C. M. A. **Construindo Valores Humanos na Escola.** 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Papirus, 2002.

SAVIANI, Dermeval. **Educação:** do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez, 1999.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO CEARÁ. **Documento curricular referencial do Ceará: Educação Infantil e Ensino Fundamental.** Fortaleza: SEDUC, 2019.

Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2019/07/DCR-Vers%C3%A3o-Provisoria-de-Lan%C3%A7amento.pdf>.

**SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO CEARÁ. Guia estratégico para a implementação do contexto híbrido e remoto presencial na educação infantil – vínculo escola-família.** Fortaleza: SEDUC, 2021.

**SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO CEARÁ. Parâmetros para a promoção da qualidade e equidade da educação infantil cearense.** Fortaleza: SEDUC, 2021.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE AQUIRAZ. Aquiraz promove reunião com Instituto Myra Eliane pautando encaminhamentos para o desenvolvimento do projeto Valores Humanos na Educação Infantil em 2022.** Instagram, 24 fev. 2022.

Disponível em:

<https://www.instagram.com/p/CaXXkR8LqTJ/?igsh=MXAzaXQ0aWI5YXJkdg==>. Acesso em: 20 fev. 2025.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE AQUIRAZ. Mestrado para os profissionais da educação.** Instagram, 27 jan. 2022. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CZPA1dwr0xH/?igsh=NGF3djNybm13amZy>. Acesso em: 20 fev. 2025.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE AQUIRAZ. Plano Municipal de Educação 2015 a 2024.** Aquiraz, CE: Prefeitura Municipal de Aquiraz, 2015.

**SHIROMA, Eneida Oto; EVANGELISTA, Olinda. Avaliação e responsabilização pelos resultados:** atualizações nas formas de gestão de professores. UFSC, 2011.

**SILVEIRA, A. A. D. A. Educação de valores humanos:** um desafio que compete a todos. Medianeira. UTFPR, 2012.

**VICENTINI, Dayanne; VERÁSTEGUI, Rosa de Lourdes Aguilar. A pedagogia crítica no Brasil:** a perspectiva de Paulo Freire. Semana da educação, v. 16, 2015.

**APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA AO REPRESENTANTE  
DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE AQUIRAZ**

1. Comente sobre o projeto valores humanos na educação infantil na atual gestão.
2. Como foi o retorno às aulas presenciais em tempos de pandemia, enfatizando o projeto?
3. Como você analisa a parceria do instituto Myra Eliane com o município de Aquiraz?
4. Faça um breve resumo do projeto valores humanos na educação infantil nos anos de 2021 e 2022.
5. Quais os desafios enfrentados? Como aconteciam as formações para os professores?
6. Em pesquisa feita, concluímos que o município não possui mais a parceria com o instituto Myra Eliane. O que houve para a parceria não ter continuidade?

**APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA AOS PROFISSIONAIS  
QUE ATUAM NO PROJETO VALORES HUMANOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL  
NO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ - (CRECHE CRIANÇA FELIZ – AQUIRAZ)**

1. Qual sua relação com o projeto valores humanos na educação infantil?
2. De acordo com sua experiência profissional, qual a relevância do projeto na vida do educando?
3. Exponha uma vivência com o projeto bastante exitosa.
4. Qual a relevância do projeto para a vida profissional dos professores de Aquiraz?
5. Existe alguma barreira que impede a execução do projeto na sua escola?
6. Na execução do projeto, há interação entre os professores da sua escola?
7. Há algum relato das famílias acerca da relevância social do projeto?
8. Qual ação, dentre as propostas pelo projeto, você acredita que as crianças mais se identificam?
9. Há alguma crítica ao ‘projeto valores humanos na educação infantil’?
10. Em sete anos de execução do projeto em Aquiraz, o que mudou para o público que vivencia o projeto (professores e alunos)?

**APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA À DIRETORA ESCOLAR  
(CRECHE CRIANÇA FELIZ – AQUIRAZ), (ATUALMENTE A PROFISSIONAL É  
DIRETORA, MAS NA ÉPOCA DA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO ESTAVA EM  
SALA DE AULA).**

1. Como foi a implantação da lei municipal de educação em valores humanos em Aquiraz?
2. Comente sobre a parceria do município com o instituto Myra Eliane.
3. Quais os desafios encontrados pelos profissionais da educação quando o projeto foi implantado?
4. Como o município capacitou os profissionais no período de pandemia?
5. Como avalia o projeto no município de Aquiraz?
6. A Sra. acredita que houve uma mudança significativa na realidade das crianças e das famílias envolvidas com o projeto?

**ANEXO A – FIGURA 1 – QUADRO DOS VALORES ABSOLUTOS E SEUS VALORES RELACIONADOS**

Figura 1: Os valores absolutos e seus valores relacionados

Quadro 2 – Os Cinco Valores Absolutos e seus Principais Valores Relacionados

Verdade	Retidão	Paz	Amor	Não Violência
Autoaceitação	Autoconfiança	Aceitação	Aceitação	<b>Psicológica</b>
Autoanálise	Boa administração	Alegria	Afeto	Abstenção de ferir
Autoconhecimento	Bom senso	Atenção	Alegria	Aceitação
Busca interior	comportamento	Autoaceitação	Amabilidade	Amor universal
Busca do conhecimento	Coerência	Autoconfiança	Amizade	Atenção aos outros
Clareza	Confiabilidade	Autocontrole	Amor maternal	Boas maneiras
Coerência	Contentamento	Autodisciplina	Bondade	Compaixão
Coragem Discernimento	Coragem	Bom humor	Caridade	Consideração
Espírito inquisitivo	Criatividade	Calma	Carinho	Cooperação
Fé	Dever	Compreensão	Compaixão	Cortesia
Franqueza	Dignidade	Concentração	Compartilhamento	Gentileza
Honestidade	Disciplina	Constância	Compreensão	Humildade
Humildade	Esforço	Contemplação	Dedicação	Lealdade
Igualdade	Ética	Contentamento	Devoção	Perdão
Imparcialidade	Gratidão	Desapego	Doçura	Outros
Iniciativa	Higiene	Dignidade	Entrega	<b>Social</b>
Integridade	Honradez	Disciplina	Felicidade interior	Aceitação do outro
Interesse pelo conhecimento	Iniciativa	Equanimidade	Generosidade	Apreciação de outras culturas e religiões
Intuição	Liderança	Felicidade	Gentileza	Cidadania
Lucidez	Metas	Flexibilidade	Gratidão	Civismo
Objetividade Otimismo	Ordem	Focalização	Harmonia	Cooperação
Razão	Perseverança	Honestidade	Paciência	Fraternidade
Reflexão	Prestabilidade	Humildade	Perdão	Igualdade
Síntese	Prioridade	Otimismo	Sacrifício	Irmandade
Veracidade	Responsabilidade	Paciência	Serviço	Justiça social
<b>Outros, que serão identificados no decorrer do processo.</b>	Sacrifício	Reflexão	desinteressado	Participação
	Simplicidade	Satisfação	Símpatia	Patriotismo
	Uso adequado das habilidades	Silêncio interior	Sinceridade	Respeito à vida
	Uso adequado do dinheiro	Simplicidade	Ternura	Serviço aos outros
	Uso adequado do tempo	Tranquilidade	Tolerância	Unidade
	Vida	Outros	Unidade	Outros
	Saudável		Outros	
	Outros			

**ANEXO B – FIGURA 2 - ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DE UM PLANO DE  
AULA PELA ABORDAGEM DIRETA.**

Figura 2 – Roteiro para elaboração de um plano de aula pela abordagem direta.

47

**ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DE UM PLANO DE AULA  
PELA ABORDAGEM DIRETA**

**PLANO DE AULA DE EVH**

<b>Valor Relacionado:</b>	<b>Valor Absoluto:</b>
Conceito do Valor Relacionado: _____	_____
Objetivo: _____	_____
Harmonização: _____	_____
Citação: _____	_____
Conto: _____	_____
Canto em grupo: _____	_____
Atividade em grupo: _____	_____
Observações: _____	_____
Avaliação	